



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB / CAMPUS III
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E AGRÁRIAS – CCHSA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – DE
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

ALEILMA GONÇALVES RAMOS

**‘AS MARCAS DE UMA FORMAÇÃO’: UMA VERSÃO DA HISTÓRIA DA
CRIAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFPB/CCHSA (2006-2008)**

BANANEIRAS/PB

2016

ALEILMA GONÇALVES RAMOS

**‘AS MARCAS DE UMA FORMAÇÃO’: UMA VERSÃO DA HISTÓRIA DA
CRIAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFPB/CCHSA (2006-2008)**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, como um dos requisitos para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia. Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Vivian Galdino de Andrade.

BANANEIRAS/PB

2016

Ficha Catalográfica elaborada na Seção de Processos Técnicos
Biblioteca Setorial de Bananeiras UFPB/CCHSA
Bibliotecária-Documentalista: Gilvanedja Mendes– CRB 4/1999

R175m Ramos, Aleilma Gonçalves.

As marcas de uma formação: uma versão da história da criação do Curso de Pedagogia UFPB/CCHSA (2006-2008) /Aleilma Gonçalves Ramos. – Bananeiras:[s.n], 2016.

77f. : il.

Orientador: Vivian Galdino de Andrade
Monografia (Graduação em Pedagogia) – UFPB/CCHSA.

1. Pedagogia. 2. Curso de Pedagogia – CCHSA – história. 3. Formação docente. I. Ramos, Aleilma Gonçalves. II. Universidade Federal da Paraíba. III. Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias. IV. Título.

UFPB/CCHSA/BS

CDU: 378.155(043)

ALEILMA GONÇALVES RAMOS

**‘AS MARCAS DE UMA FORMAÇÃO’: UMA VERSÃO DA HISTÓRIA DA
CRIAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFPB/CCHSA (2006-2008)**

Monografia julgada e aprovada em ___/___/___

Comissão Examinadora

Prof.^a Dr.^a. Vivian Galdino de Andrade
Orientadora

Prof.^a Ms.^a. Aiene Fernandes Rebouças
Examinadora

Prof.^a Dr.^a. Luciene Chaves de Aquino
Examinadora

BANANEIRAS/PB

2016

Dedico esta monografia aos meus pais pelo incentivo aos estudos desde a infância, pois sem o apoio deles jamais teria conseguido chegar até aqui. Ao meu marido pelo apoio incondicional de todas as horas, pois contribuiu incansavelmente para que eu possa realizar cada sonho desejado.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, criador de todas as coisas. Por estar sempre ao meu lado, me guiando, protegendo e propiciando um caminho de autoconhecimento a partir dos erros e acertos que cometi ao longo da vida, porém tudo em seu devido tempo, e também, porque sei que onde cheguei hoje foi exatamente pela sua presença constante em minha vida.

Aos meus pais, José Gonçalves e Amadiva Ramos, que me apoiaram desde o início desse curso, me dando total apoio para terminar este curso.

Ao meu marido, Márcio Venício, que me apoiou incansavelmente, dando-me forças e palavras de ânimo, mesmo nos momentos difíceis.

A minha turma de Pedagogia, por ter me proporcionado momentos de alegrias e de muita aprendizagem.

A minha orientadora, Vivian Galdino de Andrade, por acreditar na minha competência, sistematizar as possibilidades, cobrar com sutilidade, apoiar, incentivar e intervir em meu favor. Pela competente e generosa orientação, pelo seu exemplo de profissional, que me faz acreditar que é possível se chegar a um alto nível de competência, muito obrigada.

Aos sujeitos colaboradores da pesquisa, pois sem a dedicação do seu tempo à minha pesquisa, jamais teria obtido resultados tão significativos.

Aos meus professores da graduação que passaram por minha vida, que brilhantemente levaram seus conhecimentos acadêmicos, pois, o que sou hoje “academicamente”, devo à eles.

Enfim, a todos que contribuíram de maneira direta e indiretamente para minha formação acadêmica, destaco aqui minha prima Gilvânia Ribeiro e o secretário do curso de Pedagogia Gabriel Rossiter, ambos sempre me ajudaram quando mais precisei.

A todos que me fizeram acreditar nas possibilidades de melhorar o mundo a partir de pequenas ações. E assim, com pequenos gestos, vamos melhorando nossas vidas e as vidas de outras pessoas, partindo do princípio de que é possível sonhar e principalmente, alcançar estes sonhos. Basta acreditar em si mesmo.

MUITO OBRIGADA!!! DEUS ABENÇÕE A TODOS!!!

“Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhado, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar”.

(Paulo Freire)

RESUMO

Este trabalho parte de uma abordagem qualitativa, por meio de uma pesquisa de campo, histórica, bibliográfica e documental. Tem como objetivo construir uma narrativa sobre a história da fundação do Curso de Pedagogia no Campus III/ UFPB, dando ênfase as marcas institucionais deste curso para a formação do pedagogo. A partir disto, procuramos conhecer, dentro de um âmbito mais geral, a implantação do curso de Pedagogia no Brasil, seus embates e tensões. Nesta mesma direção, caminhamos para compreender a criação da Universidade Federal da Paraíba e o surgimento do Campus III. Foi por meio desta trajetória que se deu o recorte da problemática deste trabalho, que se centra em analisar como surgiu a necessidade de implantar o Curso de Pedagogia do CCHSA/Campus III? Para responder a esta questão trabalhamos com a memória de professores do curso, por meio dos pressupostos metodológicos da História Oral, através das orientações de autores como Alberti, Delgado e Pinsky. Teoricamente nos embasamos nos estudos de Bezerra, Brito e Furlan, com o intuito de compreender como se dá a formação do pedagogo ao longo da história. O que constatamos, *a priori*, nesta investigação é que o curso de Pedagogia tem propiciado a formação de educadores (escolares) do campo, tomando como base os aspectos que também identificam/marcam o Campus III de Bananeiras.

Palavras-chave: Pedagogia; Formação do Pedagogo; Marcas.

ABSTRACT

This work is part of a qualitative approach, through field research, historic, literature and documents. It aims to build a narrative about the history of the School of Pedagogy Foundation Campus III / UFPB, emphasizing the institutional marks of the course for the formation of the pedagogue. From this, we seek to know, in a more general context, the implementation of the pedagogy course in Brazil, its conflicts and tensions. In the same direction, we walked to understand the creation of the Federal University of Paraíba and the emergence of Campus III. It was through this path that has the outline of the issue of this paper, which focuses on analyzing how did the need to implement the Pedagogy Course CCHSA / Campus III? To answer this question we work with the teachers of the course of memory, through the methodological presuppositions of oral history, through the authors of guidelines as Alberti, Delgado and Pinsky. Theoretically we embasamos in the studies of Bezerra, Brito and Furlan, in order to understand how the formation of the pedagogue throughout history is. What we see, a priori, this research is that the Faculty of Pedagogy has provided training educators (school) field, based on the aspects that also identify / mark the Campus III of Bananeiras.

Keywords: Pedagogy; Formation of the pedagogue; Brands.

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|-----------|
| Quadro 1- Sujeitos colaboradores escolhidos para compor a pesquisa..... | 15 |
| Quadro 2- Docentes presentes na criação do curso em 2008..... | 41 |
| Quadro 3- Docentes contratados em 2009..... | 42 |
| Quadro 4- Temáticas de discussão dos Encontros de Pedagogia..... | 47 |
| Quadro 5- Estrutura curricular semestral..... | 55 |

LISTA DE IMAGENS

| | |
|---|-----------|
| Imagem 1- I Encontro de Pedagogia..... | 47 |
| Imagem 2- II Encontro de Pedagogia..... | 47 |
| Imagem 3- III Encontro de Pedagogia..... | 48 |
| Imagem 4- IV Encontro de Pedagogia..... | 48 |
| Imagem 5- V Encontro de Pedagogia..... | 48 |
| Imagem 6- VI Encontro de Pedagogia..... | 48 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| I - AS ESCOLHAS QUE PERMEIAM O CAMPO DE NOSSA PESQUISA ACADÊMICA..... | 10 |
| 1.1. Primeira escolha: A motivação e a definição pelo tema..... | 11 |
| 1.2. Segunda escolha: Os fundamentos teóricos e metodológicos..... | 12 |
| 1.3. Terceira escolha: Os sujeitos colaboradores e o cenário de pesquisa..... | 15 |
| 1.4. Apresentando a divisão do texto..... | 16 |
| II - O CURSO DE PEDAGOGIA SITUADO NO TEMPO: HISTÓRIA E IDENTIDADE..... | 17 |
| 2.1. Surgimento do curso no contexto nacional e estadual..... | 17 |
| 2.2. O Movimento dos Educadores nos debates para definição do curso..... | 23 |
| 2.3. As legislações que regulamentam a formação do pedagogo..... | 27 |
| 2.4. O ensino superior e a UFPB..... | 30 |
| III - O CURSO DE PEDAGOGIA DA UFPB/CCHSA: OS PRIMEIROS ANOS DA CRIAÇÃO..... | 36 |
| 3.1. A história da criação do curso: uma versão e um caminhar pela oralidade..... | 36 |
| 3.2. A formação de pedagogas/os: refletindo sobre os perfis deste profissional..... | 50 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 58 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 60 |
| APÊNDICE..... | 63 |
| ANEXO..... | 67 |

I - AS ESCOLHAS QUE PERMEIAM O CAMPO DE NOSSA PESQUISA ACADÊMICA

Este estudo nos permitiu conhecer aspectos da criação do curso de Pedagogia CCHSA/Campus III, buscando entender os atos e os primeiros anos deste curso durante os anos de 2006 e 2008. Neste processo, buscamos refletir sobre as marcas que foram deixadas nos sujeitos decorrentes das escolhas que cercearam a formação do pedagogo em Bananeiras-PB. Em decorrência disso, tentamos investigar os fatos históricos acontecidos neste período, na perspectiva de montar uma trajetória que nos levassem a uma versão da história da implantação do curso, como um fato singular dentro de um campus voltado mais especificamente as temáticas agrárias.

Ao escolhermos esse tema compreendemos que essas marcas são frutos das relações entre os sujeitos e o curso, tendo em vista que esse vínculo passaria a interferir na vida deles e na permanência deles nesta formação. No entanto, para este trabalho monográfico, ao tomarmos o processo de formação/profissionalização estamos nos referindo, portanto, as marcas institucionais que ele entalha nos sujeitos graduandos, a partir das escolhas que ele elege para esta formação. É neste contexto, que passamos a apreciar a instituição do curso de Pedagogia e de suas marcas institucionais.

Neste cenário de produção de idéias, conceitos, valores, símbolos e representações é que ressaltamos as nuances influenciadoras da formação do pedagogo, com o intuito de perceber, dentro da história de criação do curso no Brasil, o que essa graduação produziu e ainda produz? Quais os valores e conceitos que ela dissemina? E por quais tensões passou para se legitimar enquanto campo de formação docente? Por outro lado, outras marcas foram encontradas à medida que estivemos frente a frente com os sujeitos que participaram da história do surgimento do curso em Bananeiras/PB. Através de entrevistas tivemos contato com discursos que revelaram indícios que nos possibilitaram identificar como se deu a implantação deste curso e quais as marcas que foram deixadas por este processo permeado de aspirações, conflitos, parcerias, tensões e mobilizações, nos sujeitos que dele participaram.

Logo, o movimento que fizemos foi o de identificar as marcas de formação deixadas pelo curso de Pedagogia em seus primeiros docentes, providos de algumas

reflexões a partir da voz dos seus docentes. A partir destes primeiros passos, passamos a direcionar o leitor a entender os encontros que tivemos para a formulação desta pesquisa e o que nos motivou a realizá-la.

1.1. Primeira escolha: A motivação e a definição pelo tema

A palavra ‘motivação’ pode ser definida como “[...] aquilo que move uma pessoa ou que a põe em ação ou a faz mudar o curso” (BZUNECK, 2004b, p.9). Compreende-se a motivação, de um modo geral, como aquilo que conduz uma pessoa a ter determinado comportamento ou atitude e, no mesmo sentido, cometer uma ação diante de determinada situação ou circunstância.

Assim iniciamos este item, com o intuito de apresentar ao leitor as motivações que nos levaram a estudar esta temática. O desejo de entender a instituição de um curso de formação de professores dentro de um campus voltado às questões agrárias sempre nos gerou curiosidade, mesmo cientes da existência do curso em Ciências Agrárias, também voltado a formar licenciados. Por que implantar um curso de Pedagogia em um Centro de Tecnólogos Agrícolas atual CCHSA? Essa era uma questão recorrente que permeava a indagação de colegas e de amigos, e que envolvia diretamente a nossa identidade enquanto docentes em formação. Foi quando tivemos a ideia de entrevistar professores que participaram da implantação do curso e que também vivenciaram momentos importantes para a sua permanência.

E a partir daí iniciamos nosso trabalho de pesquisa, motivados em registrar uma versão desta história que também nos marca enquanto graduandos de Pedagogia. A motivação depende de vários fatores, entre eles o comportamento humano e a ação humana, esses comportamentos envolvem sentimentos pessoais, necessidades, objetivos a serem alcançados e estímulos internos e externos, que gerarão uma motivação por determinada coisa. Desvendar a problemática desta pesquisa, para além de cumprir uma exigência acadêmica, se projeta também por meio de uma necessidade de conhecer a história do que nos forma e nos constitui.

Abrindo, neste espaço, uma pausa para escrever em primeira pessoa, por achar que seja necessário dar voz a mim mesma como parte integrante desta pesquisa, quando

entrei no curso de Pedagogia tive certa curiosidade em relação a sua criação por conhecer o Campus III, mas não fui motivada o suficiente para me tornar uma pesquisadora dessa história tão importante. Meu estímulo começou mesmo com o incentivo da professora Vivian Galdino de Andrade, minha orientadora, que através de uma conversa sobre minha linha de discussão para o TCC me propôs que pesquisasse sobre a fundação do curso de Pedagogia. A originalidade do tema me deixou receosa, mas surtiu em mim um efeito de buscar compreender a minha própria história de formação, até por que seria a primeira graduanda a pesquisar e apresentar um trabalho de conclusão de curso sobre a fundação do curso de Pedagogia no Campus III.

1.2. Segunda escolha: Os fundamentos teóricos e metodológicos

Nossa pesquisa é de cunho qualitativo e se delineou a partir de procedimentos de uma pesquisa bibliográfica e documental (a partir do primeiro PPP do curso¹). Ela também tem caráter descritivo, por que visa, a partir da realização de entrevistas, descrever como se deu a implantação do curso de Pedagogia no Campus III, de Bananeiras/PB.

Para tanto, utilizamos como aporte metodológico os princípios da História Oral. Ela permite o registro de testemunhas que viveram ou que presenciaram algo que se configurou em uma prática social. “O trabalho com a História Oral se beneficia e tem ferramentas teóricas de diferentes disciplinas das Ciências Humanas [...] trata-se, pois, de uma metodologia interdisciplinar por excelência” (PINSKY, 2008, p.156). Procedimento que objetiva conservar registros que envolvem pessoas e cenários diversos,

A História Oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a intervenção do gravador a fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente. Tais entrevistas são

¹ No documento oficial do Curso de Pedagogia consta PPP – Projeto Político Pedagógico definido “[...] como um instrumento intermediário que contempla diagnósticos, problematizações, planejamento, avaliação, modos de concretizar ações direcionadas a realização de determinadas demandas sociais, culturais, históricas e educacionais”. (PPP, 2008, p.14). Atualmente a nomenclatura utilizada para este tipo de documento denomina-se como PPC (Projeto Pedagógico Curricular), sendo alvo de muitos debates pela ausência do termo “Político”, uma vez que é um instrumento político que define a identidade de uma instituição.

produzidas no contexto de projetos de pesquisas, que determinam quantas e quais pessoas entrevistar, o que e como perguntar, bem como que destino será dado ao material produzido. (PINSKY, 2008, p.155)

Como aponta a autora, a História Oral parte especificamente do ouvir e do registrar testemunhos, falas e memórias. O tempo é um elemento fundamental ao estudo da História, que envolve ‘memória’ e ‘espaço’ como caminhos que estão juntos, concomitantemente.

O tempo é um movimento de múltiplas faces, características e ritmos, que inserido à vida humana, implica em durações, rupturas, convenções, representações coletivas, simultaneidades, continuidade, processo em eterno curso e em permanente devir. Orienta perspectivas e visões sobre o passado, avaliações sobre o presente e projeções sobre o futuro. (DELGADO, 2003, p. 10).

Se diferenciando da entrevista enquanto uma técnica de pesquisa mais formal, a História Oral passa a considerar sentimentos, falas, silêncios, comportamentos como fontes de pesquisa. Ela é hoje um caminho para se conhecer e registrar múltiplas possibilidades que se manifestam e dão sentido a formas de vida e escolhas de diferentes grupos sociais. É o que chama atenção Pinsky (2008, p. 164), quando assinala que:

As mudanças tecnológicas ocorridas especialmente a partir do último quartel do século XX modificaram os hábitos de comunicação e de registro, alterando também o conteúdo dos arquivos históricos. Além das entrevistas de História oral, outros registros sonoros (músicas, jingles, gravações radiofônicas), fotografias, caricaturas, desenhos, anúncios, filmes, monumentos, objetos de artesanato, obras de arte e de arquitetura são possíveis, hoje em dia, de se tornar fontes para o estudo da história.

Neste contexto, até os não-ditos de uma entrevista, o respirar profundo antes de falar ou mesmo a fala acelerada e nervosa podem se revelar em indícios, pistas que nos levam a entender determinado fato histórico. Estes pequenos sinais acabam se tornando oportunidades de interpretar o passado institucionalizado apesar da intervenção do sujeito.

Realizamos quatro entrevistas sob a luz da História Oral. Elas aconteceram em cenários distintos, com o intuito de propiciar aos sujeitos entrevistados relativa situação de conforto. Para Pinsky (2008, p.178):

A entrevista de História Oral é, antes de mais nada, uma relação entre pessoas diferentes, com experiências diferentes e muitas vezes de gerações

diferentes. Em geral, o entrevistado é colocado diante de uma situação *sui generis*, na qual é solicitado a falar sobre sua vida a uma pessoa quase estranha e ainda por cima diante de um gravador ou câmera. Por isso, convém reservar um tempo relativamente longo para a realização da entrevista. O entrevistador deve treinar sua sensibilidade para reconhecer os fatores que influenciam o andamento da entrevista e levá-los em conta quando de sua análise. Em uma relação de entrevista, o que se diz depende sempre de a quem se diz. Qual a percepção que o entrevistado tem de seu interlocutor e como isso determina sua fala? Fazer uma entrevista é avaliá-la e analisá-la constantemente – enquanto é gravada e mais tarde, quando é objeto de análise.

Ao falar de suas lembranças, rememorar situações que refletem questões profissionais, mas também pessoais, os sujeitos deram vozes às suas memórias. A metodologia de História Oral pode descrever fatos que buscam empreender alguma coisa. Sua contribuição maior e mais importante é a de evitar que o ser humano perca referências de sua origem e de sua identidade, esteios fundamentais do auto-reconhecimento como parte de sua história.

Para discutir teoricamente dialogamos com autores da área, desde os que norteiam a perspectiva da criação do curso de Pedagogia no Brasil como Brzezinski (1996), Brito (2006) e Furlan (2008), àqueles que teorizam o método da História Oral como Alberti, Delgado (2003) e Pinsky (2008). Os primeiros autores citados buscam analisar as tensões vivenciadas pela implantação do curso de Pedagogia em meados dos anos de 1930 e o embate no que hoje concebemos entre a formação do pedagogo e do educador (ora como instâncias similares ora como níveis distintos), como também as discussões que giram em torno da formação do licenciado e do bacharel. Já autores como Rodrigues (1986) e Bezerra (2006) nos conduziram as discussões da implantação do ensino superior no estado da Paraíba, analisando o caso específico da Universidade Federal da Paraíba, criada no ano de 1960 com a federalização de algumas Faculdades situadas no estado. Para compor nosso último capítulo nos utilizamos das entrevistas, dos documentos específicos do curso de Pedagogia do CCHSA (como o PPP), como de alguns regulamentos nacionais que condicionam a criação dos cursos superiores no Brasil.

1.3. Terceira escolha: Os sujeitos colaboradores e o cenário de pesquisa

Os sujeitos colaboradores escolhidos para compor esta pesquisa foram alguns professores que estiveram presentes no processo de implantação do Curso de Pedagogia e em seus primeiros anos de funcionamento. Foram eles:

Quadro 1:

| PROFESSORES | FORMAÇÃO | FUNÇÕES QUE DESEMPENHAVAM |
|---------------------------------|-----------------|--|
| Geralda Macedo | Pedagoga | Elaboradora do projeto de criação do curso e primeira coordenadora. Atualmente se encontra como vice-coordenadora de curso. |
| Kilder Barbosa da Silva | Sociólogo | Elaborador do projeto de criação do curso. Atualmente compõe o corpo docente do DCSA. |
| Luciene Chaves de Aquino | Pedagoga | Uma das primeiras professoras concursadas a compor a equipe docente. Foi vice-coordenadora do curso com a professora Geralda Macedo. |

Após a sua criação, o curso tinha poucos professores, estando a professora Luciene Chaves de Aquino a compor a equipe docente do curso dois anos após a fundação do mesmo, em 2006. Torna-se válido lembrar que neste período, a primeira turma de Pedagogia era noturna, e o curso estava ligado ao DCSA (Departamento de Ciências Sociais Aplicadas)².

Como já mencionamos as entrevistas com estes sujeitos colaboradores foram realizadas em lugares distintos, mas todos estavam localizados na Universidade Federal da Paraíba/CCHSA - Campus III³. Isso se deu por que uma característica que compõe o CCHSA (Centro de Ciências Humanas Sociais Aplicadas)⁴ e seus departamentos, uma

² O Departamento de Educação foi criado em 06 de agosto de 2012 e passou a ser constituído pelos professores do Curso de Pedagogia e por alguns professores do Curso de Ciências Agrárias e do Colégio Vidal de Negreiros.

³ A primeira entrevista se deu com a professora Geralda Macedo no dia 10 de agosto de 2016, e se deu na Coordenação do Curso. A segunda entrevista foi com a professora Luciene no dia 13 de setembro, em uma sala de aula; e o professor Kilder, no dia 27 de setembro, em sua sala ambiente.

⁴ O CCHSA se localiza entre as cidades de Bananeiras e Solânea, no brejo paraibano. A região tem uma temperatura que varia entre 14°C e 30°C, com uma precipitação pluviométrica anual entre 800 a 1600mm e 670 metros de altitude. O cenário tem características agrárias. O centro está constituído pelos cursos superiores de Bacharelado em Administração (tendo habilitação em Administração de Cooperativas),

vez que a maioria de seus professores residem em outras cidades. Da mesma forma percebemos com relação aos discentes, que moram em cidades circunvizinhas também atendidas pelo Campus. Bananeiras/PB é, assim, tomada atualmente como uma cidade universitária.

Como podemos perceber nosso cenário de pesquisa se constituiu com o CCHSA, e nele mesmo coincidiu a realização das entrevistas, resultado que sujeitos, espaços e objeto de pesquisa estão estreitamente imbricados. Sobre este cenário de pesquisa, nos deteremos a seguir, quando discutiremos a criação da Universidade Federal no segundo capítulo deste trabalho.

1.4. Apresentando a divisão do texto

Os resultados desse processo de pesquisa estão organizados neste trabalho com a seguinte estrutura: I parte, traz as escolhas que permearam nosso campo de pesquisa. Nele reunimos a discussão sobre a motivação e a definição pelo tema, nossas decisões teóricas e metodológicas, como também apresentamos ao leitor nossos colaboradores e o cenário de pesquisa. II parte, intitulado ‘O curso de Pedagogia situado no tempo: sua história e identidade’, apresentamos uma breve retomada histórica de surgimento e implantação do curso de Pedagogia no panorama nacional e estadual, apontando desde sua criação aos embates promovidos pelo Movimento dos Educadores e as legislações que passaram a regulamentar a formação do pedagogo. III parte, denominado por nós como ‘O curso de Pedagogia do CCHSA/Campus III: os primeiros anos da sua criação’, contemplamos a história de fundação do curso pelo caminhar da oralidade dos sujeitos entrevistados, como também refletimos seus primeiros dois anos de funcionamento e qual o perfil de profissional ele deseja formar.

Convidamos o leitor a caminhar conosco pelos sons que ecoam e que narram algumas das histórias possíveis para o curso de Pedagogia CCHSA, dispostos neste trabalho.

II - O CURSO DE PEDAGOGIA SITUADO NO TEMPO: SUA HISTÓRIA E IDENTIDADE

2.1. Surgimento do curso no contexto nacional e estadual

A história do curso de Pedagogia no Brasil passou por inúmeras mudanças e, ainda nos tempos atuais é alvo de reflexão e investigação por parte de vários estudiosos da área. De uma maneira ou de outra, tais transformações estavam relacionadas às críticas e às propostas de reformulações do curso. Tentaremos, neste capítulo, expor alguns aspectos desta trajetória.

Desde sua criação e no decorrer do contexto nacional, foi ameaçado pela incerteza de sua finalidade e sobre qual perfil de profissional deveria formar, sofrendo também, alterações em sua grade curricular. Teve ainda que se adaptar às necessidades do mercado de trabalho, às políticas internas e externas do país e às proposições da própria área de conhecimento.

Em decorrência dessas incertezas, muitas foram as sugestões e implicações desde sua criação na década de 1930 até os dias atuais. Foi através de duas forças - o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o Conselho Federal de Educação (CFE) - e das conquistas proporcionadas por elas que o curso de Pedagogia (e a definição da atuação do seu profissional em formação) tem suas finalidades traçadas nacionalmente, por meio de leis que passam a regulamentá-lo.

De 1930 a 1945, o Brasil sofre com as implicações da crise do Capitalismo Mundial, que passou de um modelo econômico agrário – comercial - exportador para o modelo capitalista – urbano - industrial, gerando mudanças nas condições de vida e de trabalho da sociedade brasileira. Sobre isto, Brzezinski (1996, p.26), afirma:

Com as transformações nos setores econômico, político e social houve um redimensionamento dos problemas educacionais por influência dos novos ideais pedagógicos assentados no ideário liberal. A educação passou a ser fator de reconstrução social e às escolas foi atribuído um novo papel em decorrência das novas condições de vida e de trabalho dos centros urbanizados, com repercussões sobre a política de formação do magistério.

Neste contexto mencionado pela autora apreendemos que da educação foi cobrado a regeneração do país e as reformas educacionais ocorridas nesse período que

ênfatisam a abrangência da formação dos professores, elevando-a a nível superior. Nóvoa (1995, p.26) afirma que “A formação de professores é, provavelmente, a área mais sensível das mudanças em curso no setor educativo: aqui não se formam apenas profissionais; aqui se produz uma profissão”. A formação de professores é uma questão que sempre esteve em discussão, pois formar um professor implica em questões conceituais, profissionais e também pessoais, pois remetem tanto às questões da sensibilidade, quanto às questões de formação do desenvolvimento humano, da cognição e da qualificação profissional.

Vale relembrar que desde o final do século XIX até meados dos anos de 1930, no Brasil, os professores eram formados pela Escola Normal. Nesta mesma década ainda, esta formação vai sendo substituída pelos Institutos de Educação (IES), que formava o professor em dois anos, contendo disciplinas consideradas mais tracionais como Fundamentos e Metodologias de Ensino, oferecendo também cursos de especialização e aperfeiçoamento. Aqui na Paraíba, neste período, essa formação se dava por meio do Curso de Aperfeiçoamento ministrado no grupo Escolar Tomás Mindello. E a *posteriori* com o Instituto de Educação, sediado também na capital, em 1942.

Com o início do século XX, surge um movimento de reforma educacional, apoiado nos princípios liberais da Pedagogia Nova - o movimento dos Pioneiros da Escola Nova⁵ - que lutava pela educação e pela implantação de universidades no Brasil, tendo como principal representante Anísio Teixeira. A reforma por ele realizada no estado do Rio de Janeiro em 1932, por meio do Decreto 3.810, visava instituir um curso preparatório para mestres. Com isto, dava-se início a Escola de Professores, que oferecia cursos de especialização, de extensão e aperfeiçoamento. Segundo Tanuri (2000 apud ARRUDA, 2016, p.22)

⁵ “O ‘Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova’ consolidava a visão de um segmento da elite intelectual que vislumbrava a possibilidade de interferir na organização da sociedade brasileira do ponto de vista da educação. Redigido por Fernando de Azevedo, o texto foi assinado por 26 intelectuais, entre os quais Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto, Lourenço Filho, Roquette Pinto, Delgado de Carvalho, Hermes Lima e Cecília Meireles. Ao ser lançado, em meio ao processo de reordenação política resultante da Revolução de 1930, o documento se tornou o marco inaugural do projeto de renovação educacional do país. Além de constatar a desorganização do aparelho escolar, propunha que o Estado organizasse um plano geral de educação e defendia a bandeira de uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita”. A defesa era por uma educação integral, que visse o discente como protagonista de sua própria aprendizagem, em detrimento da chamada Pedagogia Tradicional. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Educacao/ManifestoPioneiros>>. Acesso em: 03/08/2016.

Em 1935, a Escola de Professores foi incorporada à então criada Universidade do Distrito Federal, com o nome de Faculdade de Educação, passando a conceder a “licença magistral” àqueles que obtivessem na universidade a “licença cultural”. Em 1939, com a extinção da UDF e a anexação de seus cursos à Universidade do Brasil, a Escola de Professores voltava a ser integrada ao Instituto de Educação.

Percebemos assim que em 1935 é criado o primeiro curso superior de formação de professores no Brasil, quando a Escola de Professores foi agrupada à Universidade do Distrito Federal (UDF). Tão logo extinta, o Instituto de Educação volta a formar professores em nível superior e estrutura o que ficou conhecido como “esquema 3+1”⁶, em que a formação do bacharel se dava em 3 anos e a do licenciado teria o acréscimo de mais 1 ano dedicado às disciplinas de Didáticas e Práticas de Ensino. Em decorrência desta divisão, notou-se certa separação entre disciplinas do bacharelado e as da licenciatura, aonde as atividades de docência estavam determinadas ao licenciado por meio da aquisição de métodos, e ao bacharel estariam relacionados os cargos técnicos da educação e da pesquisa.

Alguns estudiosos apontam, com isso, uma separação e uma indefinição acerca da formação propiciada pelo curso de Pedagogia. Daí também viria a origem do que hoje se discute como a distinção entre a teoria e a prática. Em torno disto, Silva (2003, p.12) ressalta:

Em sua própria gênese, o curso de Pedagogia já revelava muitos dos problemas que o acompanharam ao longo do tempo. Criou um bacharel em Pedagogia sem apresentar elementos que pudessem auxiliar na caracterização desse novo profissional. Dentre as finalidades definidas para a Faculdade Nacional de Filosofia é possível reconhecer a que é dirigida ao bacharel em geral. É a que se refere ao preparo de ‘trabalhadores intelectuais para o exercício das altas atividades culturais de ordem desinteressada ou técnica’ (artigo 1º, alínea a). Mais adiante, ao tratar das regalias conferidas pelos diplomas, o decreto-lei 1.190/39 refere-se especificamente ao bacharel em Pedagogia, determinando que, a partir de 1º de janeiro de 1943, houvesse exigência dessa diplomação para preenchimento dos cargos de técnicos de

⁶ Através do Decreto-Lei Nº1.190 de 04 de abril de 1939. Segundo Andrade (2008, p. 3-4) “O curso desde seu início formava bacharéis e licenciados em Pedagogia, sendo os 3 anos dedicados às disciplinas de conteúdo, ou seja, para os próprios fundamentos da educação. O curso de Didática, no 4º ano, destinado a todos os cursos de licenciatura, contava com as seguintes disciplinas: Didática Geral, Didática Especial, Psicologia Educacional, Administração Escolar, Fundamentos Biológicos da Educação, Fundamentos Sociológicos da Educação. Ao bacharel em Pedagogia bastava cursar as duas primeiras, pois o restante já estava contemplado no curso.

Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/164_885.pdf.

educação do Ministério da Educação (artigo 51, alínea c). Mas, nos dois casos, a referência é muito vaga para a identificação de um profissional criado naquele momento e que não possuía ainda suas funções definidas na medida em que não dispunha de um campo profissional que o demandasse.

Nestes termos, o curso de Pedagogia esteve embasado pelo decreto acima citado até a década de 1960, tendo o “esquema 3+1” permanecido e sido reforçado por uma nova regulamentação - a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB - Nº 4.024/1961⁷. Esta Lei instituiu o “currículo mínimo” para o curso de Pedagogia, que se fazia assim caracterizado:

A estrutura do curso de Pedagogia se estabelecia num esquema de seriação; assim no primeiro ano as disciplinas seriam: Complementos da Matemática, História da Filosofia, Sociologia, Fundamentos Biológicos da Educação. No segundo: Estatística Educacional, Fundamentos Sociológicos da Educação; No terceiro: Educação Comparada e Filosofia da Educação. Contudo, haviam disciplinas que eram trabalhadas nos três anos, como é o caso da Psicologia Educacional e disciplinas que eram abordadas nos dois últimos anos, como História da Educação e Administração Escolar. (RIBEIRO e MIRANDA, 2016, p.1).

Em contrapartida, para o curso de Bacharelado se teria sete matérias, quais sejam: Psicologia da Educação, Sociologia Geral e da Educação, História da Educação, Filosofia da Educação, Administração Escolar e duas matérias a serem escolhidas pela IES⁸. Sobre este mesmo dispositivo de Lei ainda é possível denotar que a formação para o magistério também poderia se dar via Escola Normal⁹.

⁷ “A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) define e regulariza o sistema de educação brasileiro com base nos princípios presentes na Constituição. Foi citada pela primeira vez na Constituição de 1934. O primeiro projeto de lei foi encaminhado pelo Poder Executivo ao Legislativo em 1948, e levou treze anos de debates até o texto chegar à sua versão final. A primeira LDB foi publicada em 20 de dezembro de 1961 pelo presidente João Goulart, seguida por outra versão em 1971, em pleno regime militar, que vigorou até a promulgação da mais recente em 1996”. Disponível em: <<http://www.helb.org.br>>. Acessado 11/08/2016.

⁸ Que poderiam variar entre: “História da Filosofia, Biologia, Estatística, Métodos e Técnicas de Pesquisa Pedagógica, Cultura Brasileira, Educação Comparada, Higiene Escolar, Currículos e Programas, Técnicas Audiovisuais de Educação, Teoria e Prática da Escola Média e Introdução à Orientação Educacional”. (RIBEIRO e MIRANDA, 2016, p.2)

⁹ Na LDB (1961), no Capítulo referente a Formação do Magistério para o Ensino Primário e Médio, no Art. 52 diz “O ensino normal tem por fim a formação de professores, orientadores, supervisores e administradores escolares destinados ao ensino primário, e o desenvolvimento dos conhecimentos técnicos relativos à educação da infância”. Disponível em: [http:// www.fc.unesp.br.LBB 4024-61-pdf](http://www.fc.unesp.br/LBB_4024-61-pdf). Acesso em: 12/10/2016.

Diante deste contexto, o curso de Pedagogia vivia momentos mais tranquilos pelo menos até 1945 (SILVA, 2003), quando se deu o fim do Estado Novo e iniciou-se a “fase da redemocratização” do país, conhecida pela abertura política, ou seja, de recuperação das instituições democráticas eliminadas pelo regime militar. Esse período retoma o otimismo pedagógico ocorrido durante as décadas de 1920 e 1930, em que se falava em uma educação de massa para a melhoria social, aliando o qualitativo ao quantitativo. Já com o fim do Estado Novo e no ano seguinte, a Constituição Federal de 1946 assegurava a educação em todos os níveis.

Já no período que caracteriza a criação da primeira LDB, chamado também de período pré-golpe de 1964, a economia brasileira consolidou-se no modelo econômico urbano/industrial e a classe trabalhadora passou a viver um congelamento de salários, sofrendo as implicações que a inflação trouxe para suas vidas pessoais e profissionais. Com isso, geraram-se mobilizações em torno das melhorias salariais e da participação na política, nas tomadas de decisões que envolviam a sociedade.

Após esse período conturbado deu-se no Brasil seguimento a fase da retomada da expansão com grande desenvolvimento do setor industrial, acentuando a divisão do trabalho e a precisão de mão-de-obra qualificada, que pudesse atender as demandas que o país precisava, em termos de meios para sua formação. Havia a necessidade de formar trabalhadores para o mercado capitalista, entre eles os profissionais da educação, esse momento ficou conhecido como [...] “a etapa do capitalismo brasileiro dedicada aos investimentos em educação alicerçados no ideário tecnicista” (BRZEZINSKI, 1996, p.58).

A educação se dá, neste âmbito, como campo estratégico para tirar o país do momento de tensão, qualificando a mão-de-obra e sendo instrumento de aceleração do desenvolvimento econômico e do progresso social do país. Para essa formação, havia uma série de medidas a serem cumpridas, com tempos médios e longos. Essas medidas se consolidavam nas Leis que modificavam a forma de organização e estruturação da educação brasileira ao longo da História. Foi o que aconteceu com as implantações da Lei 5.540/68 (que normatizou o funcionamento do Ensino Superior)¹⁰ e da Lei 5.692/71 (que reestruturou a Educação Básica)¹¹.

¹⁰ Em 28 de novembro de 1968, o General Artur da Costa e Silva promulgava a Lei nº. 5.540. Chamada de Reforma universitária, a “reforma acaba com a cátedra, unifica o vestibular passando a ser

Neste contexto de reformulação do ensino, surge as Faculdades de Educação¹², nascidas do processo de desarticulação das Faculdades de Filosofia e de Letras (que se subdividiram em vários institutos e faculdades). Elas tinham no curso de Pedagogia sua unidade nuclear. Nesta direção, vemos o curso sendo construído de forma fragmentada, sendo organizado por diferentes departamentos e por disciplinas dadas de forma independente, priorizando uma formação técnica. Tratava-se, enfim, da formação de professores e de técnicos, estes últimos chamados de especialistas. Foi através dessa lógica de separação do trabalho do pedagogo que surgiram as habilitações.

Para Brzezinski (1996), a palavra “habilitação”, não estava presente no dicionário pedagógico, e sim nas escolas, como: coordenação pedagógica, inspeção escolar e a realização de trabalhos burocráticos. Com isso, o curso de Pedagogia cria uma separação entre o trabalho de elaboração para especialistas e o de execução para professores.

Nesta trajetória até o momento descrita, os movimentos sociais, ligados principalmente à educação, lutavam contra a ditadura imposta pelo regime militar. É neste contexto que o Movimento dos Educadores surge e começa a ganhar força, criticando a formação de profissionais através de técnicas e métodos, a atuação profissional (trabalho pedagógico) fragmentada, e em especial as propostas¹³ (Pacote pedagógico) pelo Conselho Federal de Educação - CFE (órgão instituído pela Lei N° 4.024/61, conhecida como primeira LDB). É sobre este Movimento que nos deteremos a seguir.

classificatório, aglutina as faculdades em universidades, visando uma maior produtividade com a concentração de recursos, cria o sistema de créditos, permitindo a matrícula por disciplina, além de permitir a nomeação de reitores e diretores de unidade (esta agora dividida em departamentos) que não fossem do corpo docente da universidade, podendo ser qualquer pessoa de prestígio da vida pública ou empresarial”. Disponível em <http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/45anos/C-reforma.html>. Acesso em 11/08/2016.

¹¹ A segunda versão da LDB, publicada no governo do general Garrastazu Médici.

¹² Segundo Andrade (2008), a estrutura da Faculdade de Educação foi definida pelo Parecer CFC N°. 252/1969 e pela Resolução 2/1969, que regulamentaram o conteúdo e o período de duração dos cursos de Pedagogia. O Parecer tinha como objetivo a formação do professor para o ensino normal (licenciado), e de especialistas para as atividades de orientação, administração, supervisão e inspeção dentro das escolas e do sistema escolar. Fez modificações também no currículo, que agora estava pronto para uma base comum de estudos, e ao especialista proporcionaria a habilitação específica para os conjuntos de tarefas escolares. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/164_885.pdf.

¹³ Essas propostas denominadas de “pacote pedagógico” estão relatadas nas Indicações 67/1975 e 70/1976 no Conselho Federal de Educação -CFE, e são como instrumentos legais considerados pelo relator e professor Valnir Chargas do Conselho Federal de Educação, que discorreram sobre discussões nos movimentos, com o intuito de falar sobre os estudos superiores em educação pretendendo inserir mudanças nos cursos de formação do magistério.

2.2 O Movimento dos Educadores nos debates para definição do curso

A preocupação com a formação dos educadores no Brasil é longa e também se marca no final de 1970, em torno do debate sobre “a identidade do pedagogo”. Considerada por muitos como fragmentada, esta precariedade da formação do pedagogo era na época questionada pela existência de um currículo e de uma profissionalização tida como insatisfatória para o ato de educar, pois faltava uma formação direcionada e que contemplasse as diversas habilidades do Pedagogo. Inúmeros movimentos surgiam e desejavam mudanças na educação brasileira. Tais movimentos aspiravam propostas para reformulação dos cursos de formação de professores.

Foi no final da década de 1970, a partir da notícia de que as indicações sustadas começavam a ser reativadas pelo MEC, que professores e estudantes universitários se organizaram para controlar o processo de reforma dos cursos de formação de educadores no Brasil, através de movimentos que perduram até nossos dias. [...] No que se refere ao curso de Pedagogia, o I Seminário de Educação Brasileira realizado na Universidade de Campinas, em 1978, constituiu-se numa oportunidade para iniciar-se uma reação mais organizada no intuito de se pensar conjuntamente os estudos pedagógicos em nível superior. (SILVA, 2003, p. 62)

Na trajetória do curso de Pedagogia, professores e estudantes se organizaram e passaram a constituir um movimento para resistir às reformas impostas em um contexto de luta contra a ditadura militar. Podemos citar algumas dessas reformas como, a exclusão de boa parcela das classes populares da universidade, o tecnicismo pedagógico, a desmobilização do magistério através de abundante e confusa legislação. Este movimento permanece até os dias atuais e foi chamado de ‘Movimento dos Educadores’. Os encontros realizados por este Movimento foram de grande importância para a construção da identidade do pedagogo e do próprio curso de Pedagogia.

Os primeiros grupos a se mobilizarem em torno deste Movimento foram grupos independentes, dos cursos de licenciatura, incluindo a Pedagogia. Foi na I Conferência Brasileira de Educação (CBE), realizada na PUC de São Paulo em 1980, que foi criado o “Comitê Nacional Pró-reformulação”. Esse Comitê tinha como objetivo mobilizar os educadores e estudantes para debaterem acerca das reformulações dos cursos de

formação dos educadores e estava composto por integrantes originários de vários pontos do país, através dos comitês regionais que também passaram a ser criados.

Havia a necessidade de uma mobilização dos educadores em âmbito nacional para uma ampla discussão a respeito da formação do educador, porém apenas em 1980 foi que de fato aconteceu para desencadear uma mobilização em nível nacional. O movimento foi se concretizando e passou a ter papel fundamental na definição da formação dos profissionais da educação. Além de se integrar a associações e entidades de educadores e estudantes, o movimento foi se tornando um dos principais atores na disputa pela melhoria dos cursos de formação de professores no país, pois suas ações passaram a ser reconhecidas pelo MEC e pelo CFE.

Foi em 1981, assim, que foi produzido um documento denominado “Proposta alternativa para a reformulação dos cursos de Pedagogia e licenciaturas”, pelo Comitê Pró-Participação na Reformulação dos Cursos de Pedagogia e Licenciatura. Este documento é um anteprojeto que indicava uma profunda redefinição não apenas nos cursos de Pedagogia, mas também na relação estabelecida entre o bacharel e a licenciatura, já que considerava que todo professor deveria ser também um educador, em sua formação. Ele defendia também que os cursos oferecidos para formar profissionais de educação estivessem organizados a partir de um núcleo comum para os diferentes níveis e modalidades de ensino (FURLAN, 2008).

Já em 1983, em Belo Horizonte, foi formada a Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação dos Educadores (CONARCFE) em substituição ao Comitê, que conseguiu formular uma proposta que ficou conhecida como “Documento Final de 1983”. Tal proposta constituiu-se como referência básica para a I Conferência Brasileira de Educação, realizada na PUC de São Paulo. O documento estabelecia críticas à formação tradicional do professor, ignorava os avanços decorrentes da produção da área de educação em função da formação dos profissionais de educação, propondo um “novo” paradigma curricular com foco nas abordagens das competências, que estariam centradas nos conteúdos, nos objetivos e nos projetos. Em relação ao espaço de formação do professor das séries iniciais e Educação Infantil, a proposta ainda reforçava que a formação deveria ser realizada em Institutos Superiores de Educação – ISE¹⁴.

¹⁴ De acordo com o que define o Decreto 3.276/99, alterado pelo Decreto 3.554/2000.

Este documento também buscava diferenciar a pesquisa científica ou acadêmica da pesquisa (ou investigação) que se desenvolve no âmbito do trabalho do professor. Reforçava também a dicotomia Bacharelado *versus* Licenciatura quando menciona que a formação de professores deva ser realizada como um processo autônomo, numa estrutura com identidade própria, distinta dos cursos de bacharelado e dos programas ou cursos de formação de especialistas em educação.

Sobre a organização curricular, reafirmava que das 3.200 horas de duração do curso, 800 deveriam ser destinadas à dimensão da prática da formação, que deverá estar presente desde o início do curso, já estando incluídas aí as 300 horas de estágio¹⁵. Nesta proposta a ideia de formar o professor, enquanto educador, como alicerce principal da identidade do pedagogo é mantida, apenas muda-se o nome para “Base Nacional Comum”.

Esta ‘Base Nacional’ Comum é um documento que reformula e visa sistematizar o que estar sendo ensinado nas escolas do Brasil, englobando todas as fases da Educação Básica. Com ela se estabelece, novamente, uma relação de debate entre licenciatura e bacharelado.

Essa Base se insurgia contra a formação do pedagogo apenas especialista sem que se formasse professor. [...] ela [a base comum nacional] mostra a resistência do movimento ao currículo mínimo fixado pelo CFE e nega a ideia de um elenco de disciplinas, que poderia restringir essa definição a um rol de matérias que se agrupariam num núcleo comum de conhecimentos básicos de formação do educador (BRZEZINSKI, 1996, p.172).

Nesta citação, percebemos o retorno ao debate entre a licenciatura e o bacharelado, criticando a formação do pedagogo apenas como um especialista sem formar o professor. Segundo a Base tal formação seria incompleta, sendo preciso formar o pedagogo enquanto professor, pois ambos não se separam. A partir desta I Conferência Nacional, vários outros encontros foram surgindo, como por exemplo, o II Encontro Nacional (em 1986), que redefinia que a Base Comum Nacional deveria abranger três dimensões:

¹⁵ Sobre isso, a organização curricular do Curso de Pedagogia do CCHSA/Campus III prevê é 3.210 horas/aulas de formação e 270 créditos de horas extra curriculares.

a) a dimensão profissional que define a docência como base da formação do educador quando afirma que “como professores, devemos confluir num certo saber e num certo fazer”; b) a dimensão política que aponta para a necessidade de os profissionais do ensino estarem capacitados para repensar e recriar a relação teoria prática, entender as relações educação-sociedade e o seu papel na sociedade, “comprometidos com superação das desigualdades”; e c) a dimensão epistemológica que “remete à natureza dos profissionais da escola, instituição necessária à transmissão e à elaboração de um saber, onde o científico deve ter um espaço privilegiado”(CONARCFE 1988, *apud* FREITAS 1996, p. 69).

Nas três dimensões mencionadas acima o professor deve ter um saber e um fazer voltado para a sua prática docente e que precisa estar sempre capacitado para repensar e recriar sua teoria e prática em sala de aula. A instituição que transmite o conhecimento deve também transmitir o saber científico e essas três dimensões enfatizam o educador e a escola como algo que se completa, que andam juntos.

O IV Encontro Nacional¹⁶, realizado em 1989, em Belo Horizonte, reafirmou os princípios gerais do movimento e avançou na formulação de outros dois princípios:

d) os cursos de formação do educador deverão estruturar-se de forma a propiciar o trabalho interdisciplinar e a iniciação científica no campo da pesquisa em educação; e) paralelamente à política profissional haverá o desenvolvimento de uma política científica que permita aos discentes o envolvimento significativo com a iniciação científica no campo da pesquisa em ensino (CONARCFE 1989, *apud* FREITAS 1996, p.70).

Por estas noções, os cursos de formação direcionados para o educador devem conter uma estrutura que forme a partir de um trabalho interdisciplinar e científico, havendo também uma política profissionalizante que permita aos educandos um envolvimento maior no campo da pesquisa. No que se refere à docência, como base da formação do pedagogo, alguns autores como Selma Garrido Pimenta, José Carlos Libâneo e Maria Amélia Santoro Franco, expressam uma compreensão sobre a

¹⁶ Nesta mesma direção, ainda foram realizados: o “V Encontro” (em 1990), também em Belo Horizonte, que se voltou a discutir a questão do trabalho docente como base da formação do educador. Abordava-se ainda a crítica à fragmentação dentro das próprias Faculdades de Educação que eram organizadas em departamentos; o “IX Encontro”, realizado em 1998, em Campinas, baseou-se na tentativa da sistematização da produção coletiva sobre a concepção de base comum nacional, que reafirmava a docência como base da identidade profissional de todo educador; o X Encontro, realizado em 2000, em Brasília, debateu as Diretrizes Curriculares para a formação dos profissionais da Educação. Mas foi no “XI encontro”, realizado em 2002, em Florianópolis, que o movimento reafirmou a concepção de base comum nacional, desenvolvendo o processo de definição da legislação sobre a formação de professores e suas organizações institucionais.

formação e a identidade do pedagogo, defendendo que o curso de Pedagogia (e o pedagogo) deve ser necessariamente separado do curso de formação de professores (do professor). Para eles, ser Pedagogo é:

[...] um profissional qualificado para atuar em diversos campos educativos para atender demandas sócio educativas de tipo formal, não-formal e informal decorrentes de novas realidades... não apenas na gestão, supervisão e coordenação pedagógica de escolas, como também na pesquisa, na administração dos sistemas de ensino, no planejamento educacional, na definição de políticas educacionais, nos movimentos sociais, nas empresas, nas várias instâncias de educação de adultos, nos serviços de psicopedagogia e orientação educacional, nos programas sociais, nos serviços para a terceira idade, nos serviços de lazer e animação cultural, na televisão, no rádio, na produção de vídeos, filmes, brinquedos, nas editoras, na requalificação profissional, etc. (Libâneo apud PIMENTA, 2002, p. 39).

Ao definirem separadamente os profissionais - pedagogo e professor - e colocarem o curso de Pedagogia como o responsável pelos estudos pedagógicos, esses autores aprofundam a discussão, apontando que não seria a docência a base da formação do pedagogo e sim o trabalho pedagógico seria a base do trabalho docente. Neste contexto, se estabelece novamente uma separação do 'ser pedagogo' do 'ser professor', ficando clara a necessidade de uma formação diferenciada para estes profissionais, que deve ser oferecida pelas Faculdades e Centros de Educação, em nível universitário.

Neste entendimento, o curso de Pedagogia se destinaria especificamente à formação de pedagogos especialistas, cientistas da educação, enquanto a prática docente seria tarefa do professor, orientado por esse pedagogo/especialista. Verificamos assim, que neste contexto narrado, o curso de Pedagogia deveria ter como principal destino à formação de pedagogos especializados, formando profissionais destinados aos cargos de 'orientação', 'gestão e planejamento escolar' e 'especialista', já o professor seria orientado por um pedagogo para realizar a sua prática docente.

2.3 As legislações que regulamentam a formação do pedagogo

Atualmente duas legislações norteiam, em âmbito nacional, a formação do pedagogo: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Estas duas

regulamentações confirmam as especificidades que devem compor a formação do pedagogo e definem os parâmetros nacionais para a educação

A aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB - ocorreu em 1996, seguindo caminhos difíceis e repletos de conflitos. Esse debate se deu entre os representantes políticos e o Movimento dos Educadores. A LDB reforçou a dicotomia entre professores e especialistas e tirou dos cursos de Pedagogia e das Faculdades de Educação o lócus para a formação do professor para a Educação Infantil e para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental. De acordo com ela, em seu:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Art. 63. Os institutos superiores de educação manterão:

I - cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental;

Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional. (TÍTULO VI – DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO LDB Nº.9394, BRASIL 1996)

Assim, a LDB/1996 organizou os profissionais da educação separando-os em função ‘docente’ e ‘não-docente’ para professores e especialistas (pedagogos), embora estabeleça que para os cargos de gestão é preciso ter experiência docente. Com essa possibilidade de formação de professores, a discussão sobre a necessidade ou não do curso de Pedagogia voltou à tona, dando margem, inclusive, as especulações sobre a extinção do curso, uma vez que neste contexto se indagava: “qual será, então, a função do curso de Pedagogia?”

A partir dessa legislação, as entidades e estudiosos da área reforçaram os debates acerca da formação dos profissionais da educação a fim de construir uma proposta para as Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia, já que seria essa legislação a que efetivamente definiria qual a especificidade do pedagogo e assim a finalidade de sua formação. Este debate ainda se deu entre os anos de 1979 e 1998, denominado como período das propostas, quanto a isso já as Diretrizes Curriculares anunciam que a identidade do pedagogo sempre esteve em discussão:

Entende-se que a formação do licenciado em Pedagogia fundamenta-se no trabalho pedagógico realizado em espaços escolares e não-escolares, que tem a docência como base. [...] O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e nas outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos (BRASIL, 2006).

Pela citação, observamos que as Diretrizes endossam que a identidade do curso de Pedagogia deve ser pautada pela docência. Pela Lei o curso de Pedagogia recuperou para si a formação de professores para a Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental, além das funções não especificamente destinadas a docência desse profissional. No entanto, o que fica evidente é a contradição exposta entre a LDB e as Diretrizes, a primeira demonstra o pedagogo como especialista, frisando a separação entre o pedagogo/especialista do professor, enquanto a segunda esclarece a concepção de pedagogo como um profissional que não se limita apenas à docência, mas cuja base está inserida nela.

O interessante desse movimento foi que a LDB não alterou o rumo daqueles cursos de Pedagogia que vinham discutindo e implementando novas propostas curriculares. Já as Diretrizes forçaram os cursos, que ainda não atendiam às especificações, a elaborarem o novo Projeto Político Curricular (PPP), obedecendo ao que está contido na Resolução das Diretrizes. Por fim, o que se tem é que o pedagogo será formado dentro de uma concepção teórica de diversidade de conhecimentos e de práticas, que se articulam ao longo do curso.

Por ter uma formação mais abrangente, o pedagogo ainda continuará sendo formado para atuar em espaços escolares, dentro e fora da sala de aula, e também em outros espaços onde se fizer necessária a sua presença. Sua importância é inegável graças a uma formação integral e completa, onde vários campos de conhecimento se aglutinam, como: História, Psicologia, Sociologia e Filosofia. É como bem aponta Libâneo (2000, p. 105- 106), “a formação profissional do pedagogo pode desdobrar-se em múltiplas especializações profissionais, sendo a docência uma entre elas”.

Ao longo deste texto, pudemos acompanhar o surgimento do curso de Pedagogia no contexto nacional. Observamos que sua implantação foi amparada por leis que

determinam sua importância no âmbito educacional, sendo alvo de críticas, mudanças e implicações para sua constituição e estruturação. Nosso rumo agora passa a ser tracejado pelos acontecimentos locais, mas especificamente pela criação do Ensino Superior na Paraíba. Para tanto, elegemos o cenário da UFPB, e a partir dele do Campus III – Bananeiras/PB.

2.4. O ensino superior e a UFPB

As primeiras tentativas de implantação do Ensino Superior na Paraíba ocorreram no Império, quando, no âmbito das discussões da Assembleia Geral Constituinte de 1823, o deputado paraibano Joaquim Manoel Carneiro da Cunha¹⁷ defendia a possibilidade da implantação do Ensino Superior nessa província. A Paraíba oferecia muitas vantagens que não se encontravam em outras províncias, como o clima ameno, abundância de viver todas as acomodações necessárias para a subsistência e nenhuma distração ou divertimento. “O povo paraibano é um povo simples, de costumes ainda muito singelos, onde não há teatro, nem dissipação de qualidade alguma” (RODRIGUES, 1986, p.28).

O deputado argumentava que havia estrutura física de qualidade como os conventos do Carmo, São Francisco e São Pedro que ficam situados em João Pessoa. E ainda, apelava para a questão da integração territorial, que, com a implantação do Ensino Superior na Paraíba simbolizaria uma aproximação entre os outros estados vizinhos. Mesmo com todos os argumentos, o deputado não obteve êxito, sendo considerada a Paraíba um lugar que não tinha nenhuma condição estrutural de funcionamento de instituições de ensino superior, devido à precariedade dos prédios públicos.

¹⁷ Joaquim Manuel Carneiro da Cunha (1850-1852) foi Deputado na 1ª Assembleia Constituinte da Paraíba em 1823, repetindo o mesmo encargo nas 2ª, 5ª e 8ª Legislaturas. Deputado Provincial da Paraíba, na 2ª Legislatura, de 1838 a 1839. Disponível em: <http://www.cbg.org.br/novo/paraiba-deputados-1827-1899-1a-parte/> Acesso em 12/10/2016

Neste contexto, apenas o Liceu Provincial Paraibano¹⁸ era o único estabelecimento de ensino a apresentar certa organização e estrutura. Nesse momento entre o Império e a Primeira República, ter um curso superior significava ir muito além de um diploma, para os interesses da elite era um orgulho ver seus filhos formados, pois era sinônimo de prestígio político e poder local. A preocupação em voga não era com a escolarização da população paraibana, mas com os desejos das famílias da elite, que pretendiam formar seus filhos “doutores” sem precisar se deslocarem do Estado.

A constituição de 1891 afirmava que cabia à União criar e controlar a instrução superior em todo o país, como também o ensino primário, secundário e profissionalizante. Sobre as escolas normais, era responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal. Esse modelo de sistema educacional implantado pela constituição vigorou durante a Primeira República.

De 1889 a 1930 voltou-se a tentar a implantação do Ensino Superior na Paraíba, com a criação da Universidade Popular, um tipo de instituição de ensino voltado a adultos e pessoas de limitada condição de acesso ao ensino primário, secundário e superior. De acordo Rodrigues (1986, p.34), essa tentativa não passou da “[...] realização de algumas conferências, irrealismo do governo do estado, exagero da imprensa oficial, euforia de uma pequena burguesia liberal etc.”.

Ainda no contexto da década de 1930 a Paraíba estava imersa na política de favores e na força do coronelismo. Uma elite latifundiária garantia sucesso nas eleições, ou seja, não existia um projeto que considerasse os anseios da população. Nesta conjuntura, se destaca as iniciativas do areense José Américo de Almeida¹⁹, com a

¹⁸ “A criação do Liceu Provincial Paraibano em 1836, estava ligado a um amplo plano de construção de uma nação, uma vez que o Brasil havia acabado de deixar de ser domínio Portugal, e como na instauração de qualquer novo regime político, a instrução seria um dos pilares para a efetivação desse projeto. Nesta instituição, trabalhava-se com o ensino secundário”. Disponível em: <<https://www.outrostempos.uema.br/anais/pdf/lima2.pdf>>. Acesso em 03/09/2016.

¹⁹ “José Américo de Almeida (1887-1980) foi escritor e político brasileiro. Sua obra "A Bagaceira", deu início à Geração Regionalista do Nordeste. Foi eleito para a Academia Brasileira de Letras. Foi também advogado, professor universitário, folclorista e sociólogo. Dedicou-se à política, foi governador da Paraíba. Durante seu mandato fundou a Universidade Federal da Paraíba, sendo nomeado seu primeiro reitor. No governo de Getúlio Vargas, foi nomeado Ministro de Viação e Obras Públicas e Ministro do Tribunal de Contas da União”. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/jose_americo_de_almeida/>. Acesso em 11/08/2016.

criação em 1934 da Escola de Agronomia da Nordeste (EAN) em Areia²⁰. No entanto, ela só começaria a funcionar em 1937.

A escolha desta cidade para implantar a primeira universidade se deu devido a alguns fatores existentes na época, entre eles: a força política das oligarquias e por ser a cidade localizada na micro-região do Brejo paraibano, aonde encontrava-se uma forte presença de coronéis. Nesta conjuntura, Limeira (1986, p.05) ainda ressalta que,

A universidade tem sua origem na década de 30, com a criação da primeira escola de nível superior - Agronomia do Nordeste, em Areia – exatamente quando as tendências profissionais da comunidade ainda são fortemente acentuadas para Medicina, Advocacia ou Sacerdócio, carreiras já tradicionais entre famílias de classe dominante rurais e àquela altura aspirações dos setores da classe média da população. A procura se dá, sobretudo, na área humanística, incluindo-se os seminários de formação religiosa; os cursos técnicos ainda rareiam e se restringem ao nível médio de formação profissional.

A criação da Escola de Agronomia explica-se, assim, muito mais pela força política dos representantes da região, do que pelo poder econômico. Essa criação, marca a passagem do ensino médio para a formação de uma universidade na/da Paraíba, sendo reconhecida por muitos, como marco de fundação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mas só no final da década de 1940, foi que ocorreu a constituição de um ambiente favorável ao debate sobre a introdução do ensino superior nesse estado, com a criação, em 1948 de:

Uma comissão de planejamento do Ensino Superior de pouca duração, formada pelos presidentes do tribunal de Justiça, Tribunal Regional Eleitoral, Ordem dos Advogados (secção local), Instituto dos Advogados da Paraíba, Associação Paraibana de Cirurgiões Dentistas, Academia Paraibana de Letras, Associação Comercial e pelo diretor da Faculdade de Ciências Econômicas, além de um representante do governo do Estado. (RODRIGUES, 1986, p.39).

Essa aliança entre tantas instituições sociais decorre ainda da Lei Nº. 19.851 de 1931, que requer para se criar uma universidade a associação entre três institutos de ensino (que podiam ser Educação, Ciências e Letras; ou Direito; Medicina e

²⁰ “O Centro de Ciências Agrárias da UFPB, localizado em Areia, foi criado no dia 12 de março de 1934, através do Decreto Estadual nº 478 e federalizado no ano de 1951, sendo inicialmente denominado Escola de Agronomia da Paraíba, depois Escola de Agronomia do Nordeste, constituindo-se como a primeira instituição de nível superior da Paraíba”. Disponível em: <<https://ccaufpb.wordpress.com/conheca-cca/historia-do-cca/>>. Acesso em 11/08/2016.

Engenharia). No entanto, foi com o novo critério imposto na constituição de 1946, que se determina apenas uma Faculdade de Filosofia, com duas outras. Na verdade, a expansão do ensino superior na Paraíba somente aconteceria em fins da década de 1940 e início da década de 1950 quando foi presenciado a criação de várias faculdades (Faculdades de Ciências Econômicas, Faculdade de Filosofia, Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Faculdade de Odontologia)²¹ e escolas isoladas (Escola de Enfermagem, Escola de Engenharia, Ciências e Letras do Instituto Nossa Senhora de Lourdes), como por exemplo a Faculdade de Filosofia da Paraíba (FAFI)²².

Para Rodrigues (1986, p.39)

A instalação do Ensino Superior na Paraíba, através das faculdades e escolas isoladas, encontrou forte resistência do Centro-Sul do país, de estados vizinhos, de órgãos do governo federal e, até mesmo, a falta de confiança dentro do próprio estado.

Entretanto, não se pode afirmar que essa falta de confiança foi generalizada, pois houve também o apoio de diversos segmentos, tais como o poder político local e instituições representativas da sociedade civil organizada, como já mencionamos em citação anterior. Apesar de todo esse apoio, as dificuldades foram muitas para implantação de cursos superiores neste estado, começando pela infraestrutura (as instalações eram péssimas), falta de verbas e desqualificação do corpo docente. Porém, tal a iniciativa partiu do interesse dos órgãos privados, da audácia de particulares e de profissionais liberais.

Com a federalização em 1960, outras Faculdades foram incorporadas à Universidade Federal da Paraíba – UFPB, entre elas: a Faculdade de Farmácia (João Pessoa), a Faculdade de Ciências Econômicas (Campina Grande) e a Escola de Agronomia do Nordeste (Areia), esta última federalizada desde 1950. A Federalização e

²¹ A Faculdade de Ciências Econômicas foi criada em 30 de outubro de 1947, por um grupo de professores da Academia do Comércio Eptácio Pessoa (ACEP). Já a Faculdade de Filosofia foi criada pelo governo do estado em 5 de março de 1949, porém, só começou a funcionar em 1952. A Faculdade de Direito foi fundada por iniciativa do Instituto dos Advogados da Paraíba, em 11 de agosto de 1949 e instalada em 1º de março de 1951. As Faculdades de Medicina, Odontologia e Farmácia foram criadas por um grupo de médicos da Paraíba, em 25 de março de 1950.

²² A Faculdade de Filosofia da Paraíba, como já apontamos, foi criada em 1949, porém, só funcionaria somente em 1952. “Estava composta pelos cursos de História e Geografia, Letras Neolatinas e Pedagogia, com sede na capital”. (BEZERRA, 2007, p.35)

a Estadualização do Ensino Superior no estado foram de grande importância para o mercado de trabalho. Sobre isto, Rodrigues (1986, p.101), esclarece que:

Para satisfazer às pressões latentes ou manifestas, os governantes estaduais criavam como podiam uma universidade em seus domínios. Após instalada a universidade, premida pelos gastos que a iniciativa implicava, o governo estadual se empenhava por sua federalização, contando para tanto com o concurso dos agentes político-partidários. O ensino superior ia-se desenvolver espontaneamente e o poder público federal assumia a posteriori o encargo de mantê-lo ou complementá-lo.

A federalização era a saída mais viável para o Ensino Superior do estado, melhorando a vida profissional e acadêmica de funcionários, professores e alunos. Tal feito ainda facilitou o acesso das camadas desfavorecidas da sociedade paraibana à universidade, como também avançou a economia do Estado.

Nestes termos, a Universidade da Paraíba foi federalizada pela Lei nº 3.835, de 13 de dezembro de 1960. Mas, este processo não se deu tão facilmente, pois houve muitas resistências por parte de representantes políticos, órgãos da imprensa, especialistas em educação e burocratas da Diretoria de Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura. Eles alegavam que seria inconveniente à união arcar com tantas despesas, uma vez que o estado da Paraíba era pouco significativo do ponto de vista econômico e não daria o retorno necessário para tamanho investimento.

Mesmo com tantos descontentamentos a federalização aconteceu e, a partir de então, a Universidade ficaria assim estruturada: Campus I, na cidade de João Pessoa/PB; Campus II, na cidade de Campina Grande/PB; Campus III, na cidade de Bananeiras/PB; Campus IV, na cidade de Areia/PB; Campus V, na cidade de Cajazeiras/PB; Campus VI, na cidade de Sousa/PB e Campus VII, na cidade de Patos/PB. Em 2002, após uma luta de vários anos, foi criada a Universidade Federal de Campina Grande/PB²³, havendo o desmembramento da Universidade Federal da Paraíba²⁴.

²³ Tal ação aconteceu por meio da Lei nº 10.419, de 09 de abril de 2002. Integrada a recém UFCG estaria o **Campus I** com o Centro de Ciências e Tecnologia- CCT, Centro de Humanidades- CH e o Centro de Ciências Biológicas e da Saúde-CCBS; **Campus II**, na cidade de Cajazeiras/PB, com o Centro de Formação de Professores- CFP; **Campus III**, na cidade de Sousa/PB, que abrange o Centro de Ciências Jurídicas e Sociais - CCJS e o **Campus IV**, na cidade de Patos/PB, com o Centro de Saúde e Tecnologia Rural - CSTR.

²⁴ Atualmente a UFPB está estruturada da seguinte forma: **Campus I**, na cidade de João Pessoa/PB (que compreende os seguintes Centros: Centro de Ciências Exatas e da Natureza - CCEN; Centro de Ciências

O Campus III desta Universidade, cenário e pano de fundo de nossas discussões, está localizado entre os municípios de Bananeiras/PB e Solânea/PB. Torna-se válido salientar que a história deste Centro (CCHSA), antigo Centro de Formação de Tecnólogos (CFT) se iniciou antes mesmo de existir a própria UFPB. Sua origem pode ser datada ainda de 1924, com a criação do Patronato Agrícola Vidal de Negreiros pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, no final do Governo do Presidente Venceslau Brás.

O Patronato em 1976 se torna Colégio Agrícola Vidal de Negreiros – CAVN, vinculada à UFPB. Atualmente é um espaço de formação para o ensino médio (com a educação profissionalizante com Habilitação em Agropecuária, Agroindústria e Aquicultura) que convive com os ensinos de graduação (em Ciências Agrárias, Bacharelado em Agroindústria, Pedagogia, Agroecologia e Administração) no CCHSA.

Nesta viagem que empreendemos até aqui pela história e pela identidade do Curso de Pedagogia, fomos levados a compreender como se deu seu surgimento no contexto nacional e estadual. Vimos a participação do Movimento dos Educadores nos debates pela luta para a definição do curso em âmbito nacional; conhecemos as legislações que regulamentaram a formação do pedagogo; como surgiu o ensino superior na Paraíba e o próprio surgimento da UFPB.

Nesta empreitada, convidamos o leitor a continuar percorrendo conosco estes caminhos históricos, agora conduzidos pelos depoimentos de quem viveu e acompanhou estes momentos da criação do nosso curso de Pedagogia/Campus III e seus primeiros anos de funcionamento, período em que se encerra nossa escolha temporal.

Humanas, Letras e Artes - CCHLA; Centro de Comunicação, Turismo e Artes - CCTA; Centro de Ciências da Saúde - CCS; Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA; Centro de Educação - CE; Centro de Tecnologia - CT e Centro de Ciências Jurídicas - CCJ; Centro de Biotecnologia-CBiotec; Centro de Tecnologia e Desenvolvimento Regional-CTDR; Centro de Ciências Médicas - CCM; Centro de Informática - CI; Centro de Informática - CI e Centro de Energias Alternativas Renováveis – CEAR) , o **Campus II**, na cidade de Areia/PB (compreende o Centro de Ciências Agrárias – CCA) e o **Campus III**, na cidade de Bananeiras/PB (abrange o Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias – CCHSA) e o **Campus IV**, nas cidades de Mamanguape/PB e Rio Tinto/PB (com o Centro de Ciências Aplicadas e Educação – CCAE).

III - O CURSO DE PEDAGOGIA DA UFPB/CCHSA: OS PRIMEIROS ANOS DA CRIAÇÃO

Mapeado e marcado por um contexto de necessidade de um curso voltado para a Educação, com vistas a atender a população das cidades circunvizinhas²⁵ e concentrado no desejo de suprir uma demanda que procurava por um curso que aliasse as noções de “educação” à identidade do “campo”, pertencente tanto ao CCHSA quanto à cidade de Bananeiras/PB, foi que surgiu o ensejo para a criação do curso de Pedagogia no Campus III.

Nas linhas abaixo tentaremos dar início a um dos primeiros registros desta história. Com certeza, mapeado por diversas lacunas provenientes do nosso próprio processo de pesquisa, mas também recheado pelo desejo de voltar o nosso primeiro olhar enquanto pesquisadores para a construção de uma história possível para o curso, este que faz parte de nossa formação enquanto pedagogas e que, sobre nós, também deixou as suas marcas.

3.1. A história da criação do curso: uma versão e um caminhar pela oralidade

Segundo nossas pesquisas o cenário começou a ficar propício no ano de 1998, quando o Colégio Agrícola Vidal de Negreiros deu início ao Curso de Formação para Professores do Campo, tendo a parceria do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), por meio do Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (PRONERA), e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com o objetivo de formar jovens das áreas de assentamentos da região.

No ano de 2005 foi criado um projeto de extensão para a Educação do Campo nas Áreas de Reforma Agrária e Agricultura Familiar, com o intuito de trabalhar a alfabetização para professores, e esse projeto aglutinou também alunos do Curso de Ciências Agrárias. Logo em seguida, em novembro de 2006, teve início no Campus III

²⁵ Seriam estas cidades, segundo o PPP (2008, p. 9) “[...] regiões de Bananeiras, Solânea, Borborema, Belém, Arara, Casserengue, Pilões etc., onde há uma crescente necessidade de formação de Pedagogos para atender a demanda de profissionais para atuação nas áreas de educação escolar, não escolar e do campo [...]”

o curso de especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo. Segundo o professor Silva (2016), esses convênios com esses diversos programas propiciaram a compreensão que o Campus necessitava de um curso voltado à área de Educação. Em entrevista ele cita:

Na época nós tínhamos vários convênios, esse nós é a universidade, com Assentamentos, com o Movimento do MST e uma série de outras coisas, e você via assim muita carência nessa área de educação, então essas foram as motivações que geraram a criação do curso.

Vendo este contexto que atrelava as questões agrárias à educação, para dar continuidade a essa história de formação de profissionais na área camponesa houve o desejo de criação do Curso de Pedagogia, neste mesmo ano de 2006. O objetivo era o de formar profissionais para atuar na área educacional, principalmente para atender as necessidades da cidade de Bananeiras/PB e cidades circunvizinhas. A grande demanda acabava sendo também uma forte justificativa, uma vez que assim coloca o PPP:

Na atualidade, no Estado da Paraíba, principalmente nas regiões de Bananeiras, Solânea, Borborema, Belém, Arara, Casserengue, Pilões [...] há uma crescente necessidade de formação de Pedagogos para atender a demanda de profissionais para atuação nas áreas de educação escolar, não escolar e do campo. Esta necessidade vem se alargando, porque, na região e nas proximidades há ausência e carência de Universidades públicas e gratuitas para formar o grande contingente de Professores(as), Coordenadores(as) pedagógicos, Gestores(as) que já atuam nas escolas mas, que ainda não tiveram a oportunidade de freqüentarem um curso de nível superior. Há na região um curso de Magistério de segundo grau no qual cursam aproximadamente 700 alunos, que ao concluírem o curso podem ter a chance de ingressarem na universidade. (PPP, 2008, p.8-9)

A implantação deste curso se configurou como algo urgente para atender as demandas da região, no que diz respeito aos processos de profissionalização de sujeitos para atender às modalidades de ensino referentes à Educação Infantil, às séries iniciais do Ensino Fundamental e da Educação Escolar do Campo, foco este que se tornaria a área de concentração do curso. Para uma de suas fundadoras:

[...] eu fui observando que na região o único curso de Pedagogia que existia no momento era em João Pessoa, e assim, é uma região muito ampla, porque eu trabalhava no curso de Ciências Agrárias e muitos professores, inclusive do ensino fundamental faziam o curso de Ciências Agrárias, só que esse curso de licenciatura ele não ajudava o professor, não instrumentalizava esse professor do ensino fundamental para desenvolver o seu trabalho pedagógico,

sua prática docente na sala de aula. [...] observando essa procura dos professores por Ciências Agrárias, muitos professores casados que não tinham essa perspectiva de sair da região para ir embora para João Pessoa, fui criando essa sensibilidade, ao olhar para essa realidade. [...] E, assim, eu sendo dessa área da Pedagogia eu fui pensando nisso. [...] Então na época eu fiz um projeto de extensão para trabalhar a alfabetização no Grãozinho para os professores e nesse projeto ele aglutinava alunos do curso de Ciências Agrárias para trabalhar com a alfabetização, mas eu fui observando que era muito insuficiente. Então o curso de Pedagogia ele foi pensado nesse contexto. (MACEDO, 2016).

Pelas falas acima narradas, o curso de Pedagogia nasce notadamente marcado pelas características que também tomam o Campus III, com uma identidade voltada ao campo. Este item é oficializado e descrito pelo PPP (2008), quando no item ‘habilitação’ demarca o “Magistério em Educação para a Educação Infantil, Fundamental e Educação escolar do Campo”. A professora Geralda Macedo ainda enfatiza que:

Quando a gente estava fazendo o levantamento das necessidades da região para criação do curso, a gente fez essa descoberta de que na época havia na região de Bananeiras 44 escolas, somente 2 estavam localizadas no perímetro urbano, todas as outras estavam no campo, Nas outras regiões também, não somente aqui em Bananeiras, mas em outras cidades há a necessidade de se pensar um pouco sobre a especificidade das escolas multisseriadas localizadas no campo, por isso a área de concentração do curso de Pedagogia é na educação escolar do campo. (MACEDO, 2016).

Tal escolha pela área de concentração deve-se tanto pelo contexto de carências existentes nesta especificidade do conhecimento em Bananeiras/PB e cidades vizinhas, como pela falta de profissionais qualificados, metodologias de ensino que favorecessem os aspectos cognitivos e aspectos culturais do alunado desta região. A criação do curso de Pedagogia justificou-se tanto pela natureza acadêmica, como também pela necessidade de uma intervenção social no meio em que o Campus III estava inserido

No entanto, criar um curso não é algo tão simples. Significa interferência no PDI²⁶ da Universidade, gerenciamento de apoio quanto à criação, elaboração de projeto

²⁶ Plano de Desenvolvimento – PDI é elaborado para um período de 5 (cinco) anos. “[...] é o documento que identifica a Instituição de Ensino Superior (IES), no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver. A elaboração do PDI deverá explicitar o modo pelo qual o documento foi construído e a interferência que exercerá sobre a dinâmica da Instituição, tendo como pressuposto o atendimento ao conjunto de normas vigentes”. Disponível em: <<http://www2.mec.gov.br/sapiens/pdi.html>>. Acesso em 01/11/2016. Confira o PDI na UFPB, para os anos de 2014 a 2018, no seguinte endereço <http://www.ufpb.br/sites/default/files/pdfs/PDI%20UFPB%202014-2018_Final3%20-27.05.pdf>.

curricular, contratação de professores e tantas outras realizações e logísticas, que contemplam até a infraestrutura do Campus. Segundo os professores fundadores, existiam certos rumores no Campus que o curso de Pedagogia não era bem querido.

Assim, não era muito bem visto não essa ideia de criação, inclusive o próprio reitor na época se eu não me engano era Polari, ele não via com muita simpatia. Justamente assim, porque ele tinha um perfil para o centro de Bananeiras e ele imaginava que o curso de Pedagogia fugia um pouco desse percurso. Então o curso de Pedagogia foi uma coisa fora do planejado, você via aquela coisa que não se manifestava oficialmente, mas tinha um rumor que não tinha sentido, até mesmo entre o alunado, porque a gente vai criar esse curso aqui, você tinha essa ideia, era uma coisa vista com simpatia não. (SILVA, 2016).

Esta narração nos leva a refletir que o projeto de criação do curso partiu de lutas específicas e isoladas. Sobre estas lutas Macedo (2014) descreve que a criação do curso partiu de uma comissão constituída por três professores, e que teria o auxílio do então chefe de departamento na época prof. Luiz Felipe de Araújo.

[...] na época o chefe de departamento era Felipe e eu compartilhei com ele essas intenções que surgiram a partir do olhar a cerca dessas necessidades de formação desses professores, então ele me apoiou bastante. Ele fez o registro no Plano de Desenvolvimento da Instituição (PDI), como um projeto para ser executado no contexto desse plano da instituição, ficou registrado lá, e em 2006 a gente começou a fazer o projeto. [...] Depois foi divulgado a Lei de Diretrizes e Bases do curso de Pedagogia²⁷, e a gente teve que desfazer um pouco desse projeto e ajustar essas Diretrizes e Bases. Então em 2006 foi um ano de dedicação a esse projeto, de idas e vindas para João Pessoa [...], na verdade foram três professores que integraram esse comissão para elaboração do curso de Pedagogia, Kilder, Socorro Queiroga e eu. (MACEDO, 2016)

Estes professores que integraram a comissão para elaboração do PPP do curso de Pedagogia, mencionada por Macedo, enfrentaram diversas dificuldades, entre elas a transferência da professora Socorro Queiroga, uma das componentes, para o Campus I.

²⁷ Acreditamos que a entrevistada deva está fazendo relação ao “Parecer CNE/CP nº 5/2005”, que inclui a emenda retificativa constante do Parecer CNE/CP nº 3/2006, quando resolve: “Art. 1º A presente Resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, definindo princípios, condições de ensino e de aprendizagem, procedimentos a serem observados em seu planejamento e avaliação, pelos órgãos dos sistemas de ensino e pelas instituições de educação superior do país, nos termos explicitados nos Pareceres CNE/CP nos 5/2005 e 3/2006. Art. 2º As Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos”. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf>. Acesso em 29/10/2106

Apesar de Macedo anunciar acima a existência desta comissão para a criação do projeto, Silva (2016) ressalta:

[...] a professora Geralda que foi a criadora na verdade do curso de Pedagogia. [...] Eu nunca lecionei no curso, é aquela coisa, quando o curso estava sendo implantado eu estava fora, estava terminando o doutorado, fiquei um ano de licença. Aí quando eu voltei, teve um semestre específico que eu assumi a disciplina de Sociologia da Educação II por causa da ausência de um professor. Foi um semestre só, mas assim, eu nunca fui professor do curso de Pedagogia (SILVA, 2016).

Compreende-se na fala do professor que sua participação na implantação do curso de Pedagogia esteve atrelada apenas a formulação do PPP. Tal projeto não ganhou o apoio do Centro, inclusive pela compreensão que o curso de Pedagogia poderia descaracterizar uma identidade construída historicamente para o CCHSA, ligada ao que é agrário e rural. Dizemos historicamente, porque o CAVN nasce como um patronato agrícola, uma instituição federal voltada ao ensino agrícola e à formação disciplinar de meninos. O curso de Pedagogia, traz desde sua gênese, uma forte adesão de meninas advindas do magistério, e até hoje lida com questões de gênero que envolve desde a ‘feminização do magistério’ ao ‘retorno do homem a esse magistério’. Muitas são as tensões simbólicas e históricas também ligadas a este processo, entre elas:

Sobre as tensões, na época a gente era de um departamento que existia professores do curso de Administração e professores que trabalhavam na licenciatura em Ciências Agrárias. E quando o curso de Pedagogia vai nascendo, muitos professores da licenciatura de Ciências Agrárias vão para o curso de Pedagogia... Nessa época eu observava muitas tensões, pois o reitor Polari não concordava com esse curso de Pedagogia aqui, por essa justificativa de ser um campus agrário e que o curso de Pedagogia seria dissonante em relação a essa demanda pela questão agrária. E aí a gente vai observar um link também com agrário no contexto do território agrário porque as escolas estão inseridas nesse contexto agrário, por isso que a gente vai trabalhar também com essa educação do campo e que realmente faz um link agrário. [...] Mancinelli, na época, era coordenador do ensino. Quando a gente estava trabalhando no projeto do curso outros professores também chegaram: “mas olha o reitor não concorda com esse curso”, mas só que o curso já estava registrado no PDI, aí eu acho que foi dado condição porque Felipe já havia registrado no PDI. (MACEDO, 2016)

Para Aquino (2016), as tensões não geravam conflitos. O que ocorria na verdade era a disputa por vagas entre cursos que constituíam o mesmo Departamento. Segundo ela:

Não me recordo de conflitos, não necessariamente conflitos. Quando eu cheguei aqui existia o curso de Administração e o curso de Pedagogia, eles eram componentes de um mesmo Departamento que era o Departamento de Ciências Sociais Aplicadas – DCSA. Então a gente sabe que existia anteriormente a nossa chegada conflitos decorrentes exatamente da disputa por vagas entre coordenadores de cursos, porque as vagas eram do DCSA então existiam dois coordenadores ali disputando aquelas vagas. E nem sempre essas disputas eram cordiais, às vezes elas transcendiam.

Diante desta colocação percebemos que há uma contradição na fala acima, com isto, acreditamos que estas tensões existiam em várias nuances, entre elas a disputa de vagas e a luta de interesses que mediam as relações instituições. Aquino (2016) ainda ressalta:

O que é fundamental para que o curso prosperasse era a presença de professores, porque sem professor o curso ia fracassar. Então precisou que alguém estivesse ali brigando e estivesse disposto realmente a lutar por aquelas vagas, o que nem todos fazem. Mas a professora Geralda tomou pra si essa causa de buscar essas vagas, porque delas dependeria a continuação do curso, sem professor não existe curso e o curso não se sustenta sem professores.

Desta forma, o que podemos afirmar é que para a criação do curso no Centro estava atrelada estrategicamente a escolha de sua área de concentração. Já para sua manutenção era necessário a contratação de professores para compor seu quadro docente. Até o fim do ano de 2008, o quadro docente do grupo estava formado pelos seguintes professores:

Quadro 2: Docentes, 2008

| QUADRO DOCENTE | FORMAÇÃO |
|--|-----------------|
| Cícero Agra | Historiador |
| Diogo Fernandes dos Silva | Sociólogo |
| Edson Brito Guedes | Filosofo |
| Francisca Alexandre de Lima | Pedagoga |
| Geralda Macedo | Pedagoga |
| Kilder Barbosa da Silva | Sociólogo |
| Luciene Chaves de Aquino | Pedagoga |
| Luís Felipe de Araújo | Matemático |
| M ^a . Aparecida Valentim Afonso | Pedagoga |

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora, 2016

Dentre os professores citados, alguns só auxiliaram nesta etapa da criação do curso, como os professores Edson, Kilder e Luís Felipe, tendo este último não assumido nenhuma disciplina do curso durante este período. O professor Cícero Agra era professor substituto, e as professoras Francisca, Luciene e Aparecida eram recém contratadas, em caráter efetivo, para constituir o quadro de professores do curso.

No ano de 2009 novos professores seriam contratados, também em caráter efetivo, para reforçar a equipe docente de Pedagogia, seriam eles:

Quadro 3: Docentes, 2009

| QUADRO DOCENTE | FORMAÇÃO |
|--------------------------------------|-----------------|
| Efigênia M ^a . Dias Costa | Pedagoga |
| John Alex Xavier de Souza | Historiador |
| Rita Cristiana Barbosa | Pedagoga |
| Fabírcia Montenegro | Pedagoga |

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora, 2016

No ano de 2010 novos concursos aconteceriam, enfatizando a ampliação e a consolidação pela qual vivenciou o curso nestes seus primeiros anos. Incorporar o que caracterizava a identidade do Campus a um foco de estudo e formação simbolizaria, talvez, um convite ao apoio de sua continuidade, uma vez que só havia uma licenciatura no Campus – a Licenciatura em Ciências Agrárias.

Na época eu não vi oposição de ninguém aqui do campus quanto a fundação do curso, não observei mesmo oposição de fato, mas interessante você observar o reitor se posicionando contra, ele começa a chamar atenção das pessoas para ser contra também. Era um contra velado, ele não se manifestava, mas ficava indiferente. [...] e depois outros professores, que até então não se posicionavam contra, questionam: “você vão fazer um curso onde o reitor é contra. (MACEDO, 2016)

A indiferença do próprio reitor da universidade geraria um posicionamento contrário a existência do curso, segundo Macedo (2016), a criação de cursos em centros universitários deve acatar mais que posicionamentos políticos, mas mais que isso, deve considerar a necessidade da região onde o mesmo está inserido.

[...] e aí eu achei interessante, porque assim eu sou muito amiga de Mancinelli e teve um momento depois que eu chorei bastante na frente dele falando dessa indiferença do reitor, e aí ele vai dizer: “não, você entendeu muito mal”. De fato eu localizei bastante esse indiferença dele de não perguntar mais pelo curso, não perguntar como estava sendo esse projeto, e aí eu ficava em silêncio diante dessa indiferença, mas assim ficava trabalhando, fui várias vezes lá no Campus em João Pessoa e aí meu marido ia comigo, a gente ia no nosso carro usando nosso combustível, tipo sem apoio, então foi assim essa tensão. O pró-reitor de graduação veio aqui e fez uma abertura de uma etapa acadêmica [...] ele revelou que não era a favor na época desse curso. Então, o que eu vejo é que o reitor da universidade tem que estar aberto às necessidades da população e não se fechar para o campus tipo: olha esse aqui é agrário e tem que ser só agrário, é um curso assim, que vai realmente marcar.

O apoio do pró-reitor de graduação é mais que uma prestação de favores no que concerne a criação de cursos de graduação, uma vez que a Resolução N° 16/2015 do CONSEPE²⁸ que aprova o Regulamento dos Cursos Regulares de Graduação da Universidade Federal da Paraíba, aponta o seguinte em seu capítulo II, sobre a criação, suspensão e extinção de cursos de graduação:

Art. 9º O processo de criação de um curso de graduação tem início nas unidades referidas no artigo 5º, mediante deliberação favorável dos respectivos órgãos colegiados. § 1º. A disponibilização da infraestrutura necessária à implantação e funcionamento do curso de graduação compete às unidades de vinculação. [...]. Art. 10 Compete à Pró-Reitoria de Graduação prestar assessoramento didático-pedagógico durante a elaboração do projeto de criação do curso, devendo, ainda, emitir parecer quanto à sua criação. Art. 11 Cabe ao CONSUNI autorizar a criação, suspensão ou extinção de curso. Art. 12 Cabe ao CONSEPE criar, suspender ou extinguir curso

Neste aspecto, era dever da pró-reitoria prestar assessoramento para a elaboração do PPP do curso. Além disto, o processo de criação de um curso numa instituição superior é produto de uma interação contínua e dinâmica entre os conhecimentos implícito e explícito existentes no Projeto Pedagógico Institucional (PPI)²⁹ da Universidade. Essa interação é marcada por mudanças entre os sujeitos e os diferentes

²⁸ Esta resolução tem data posterior ao nosso marco temporal, no entanto ela foi utilizada por nós porque reúne as resoluções anteriores sobre a criação de cursos superiores na UFPB, tais como: “[...] as Resoluções de N°s 19/1978, 49/1980, 02/1981, 36/1988, 07/1990, 15/1990, 46/1995, 22/1996, 28/1996, 07/1998, 35/1998, 02/2001, 04/2002, 06/2003, 33/2003, 45/2003, 04/2004, 05/2004, 34/2004, 13/2005, 49/2005, 01/2007, 47/2007, 47/2008, 50/2008, 23/2009, 55/2009, 07/2010, 45/2010, 82/2011, 05/2012, 46/2012, 50/2012, 61/2013 e 45/2014 do CONSEPE”. Disponível: <file:///C:/Users/PVL/Downloads/Rsep16_2015.pdf>.

²⁹ O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) compreende os seguintes aspectos: “Política de Ensino, Política de Pesquisa, Política de Extensão, Política de Assistência e Promoção Estudantil, Política de Gestão, Responsabilidade Socioambiental da Instituição, Integração Universidade-Sector Produtivo”. Ele se encontra disponível no PDI da Universidade, cujo endereço já apresentamos na nota de rodapé 28.

modos de opiniões, que por sua vez são induzidos de vários fatores, inclusive os advindos das marcas da formação que se deseja instaurar. Nesta mesma Resolução, em seu Capítulo I, referente à “Elaboração dos projetos pedagógicos de cursos”, existe o seguinte condicionamento:

Art. 14 Os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação (PPP) presenciais e a distância da UFPB expressam os principais parâmetros para a ação educativa, por meio de um conjunto de ações sócio-políticas e técnico-pedagógicas, garantindo a formação global e crítica do indivíduo, como forma de capacitá-lo para o exercício da cidadania, e tomam por base: I - a política de ensino, pesquisa e extensão de graduação desta Universidade; II - o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UFPB; III - os dispositivos fixados no Regimento Geral da Universidade; IV. As normas emanadas dos órgãos educacionais nacionais referentes às diretrizes curriculares dos Cursos de Graduação e dos Cursos Superiores de Tecnologia e Sequenciais. (Resolução Nº 16/2015 do CONSEPE/UFPB)

Essa afirmação nos remete e confirma que os docentes que compunham o quadro inicial de professores era bastante reduzido, nos levando a imaginar a intensa carga horária que cada um deles possa ter assumido para dá desenvolvimento ao curso. Quanto às vagas mencionadas por Macedo, Silva (2016) ainda reforça que:

Na implantação tinham alguns professores que eram da licenciatura em Ciências Agrárias, [...] mas especificamente era o professor Edson, que é professor do Colégio e também dá aula no superior. Acho que Diogo, que também era professor do Colégio dava aula em Pedagogia. [...] Aí assim, teve essa dificuldade no início com a nossa realidade aqui. Foi muito difícil suprir essa quantidade de professor. Veio uma leva de concursos, acho que a professora Luciene foi uma das primeiras a ser contratada especificamente pra o curso de Pedagogia, e posteriormente houve a contratação de vários outros com as vagas advindas do REUNI, um programa do governo federal. Foi nesse contexto que vieram outros concursos, e o curso de Pedagogia passou a ter um quadro bom de professores. (SILVA, 2016)

Como mencionou Silva (2016), Luciene Aquino foi uma das primeiras professoras contratadas, ocupando a vaga do concurso para a área de História da Educação. Ela também fez parte do nosso rol de sujeitos entrevistados, e traz suas memórias abaixo sobre este momento vivenciado.

[...] quando eu cheguei aqui já tinha um professor substituto que estava ministrando a disciplina de História da Educação, que era o professor Cícero Agra. Ele é historiador na verdade, então ele tinha afinidade acadêmica e teórica com essa disciplina. Como eu sou pedagoga e tinham outras

disciplinas sem professor [...]eu fui ensinar Currículo então. Eles estavam no 3º à 4º período, porque era um curso noturno, na época só tinha duas turmas noturnas. Em 2008 não tinha turma diurna, me parece que a turma diurna começou em 2010, mediante aquelas políticas de expansão da universidade, que abriu vagas para Pedagogia diurno. Mas, na verdade, foi um início de muita dificuldade, até mesmo nessa questão da distribuições das disciplinas. Quem estava aqui no e era do curso de Pedagogia mesmo era a professora Geralda, professor Edson Brito deu uma grande contribuição para o curso, embora ele é um professor contratado para dar aula de Filosofia da Educação no técnico CAVN [...]. Então assim, era o professor Edson Brito, professora Geralda, professora Socorro Queiroga e quando cheguei já estava no segundo ano do curso, cheguei em 2008 e eram eles três, e dois professores substitutos que era professor Diogo e professor Cícero Agra [...]. Depois chegou de uma vez, eu, a professora Aparecida Valentim, [...] a professora Francisca Alexandre, nós três, assim nós fomos concursadas pra professor efetivo [...]. A medida que as disciplinas precisavam serem ofertadas eram distribuídas entre a gente, independente do que a gente ensinou antes ou para o que fez o concurso. (AQUINO, 2016)

A fala de Aquino (20016) reforça a concepção das tensões que se deram no início do curso, pautadas desde sua implementação pela falta de um apoio mais amplo ao seu percurso, quando havia um número reduzido de professores para cumprir uma “Carga Horária Total de 3.210 horas/aula – 214 créditos” (PPP, 2008, p.2). Para além destas questões, foi também a infraestrutura do campus mais um elemento dificultador desta consolidação do curso. É o que também aponta Aquino (2016):

Quando nós chegamos aqui não existiam laboratórios, não existia brinquedoteca... existia a sala de coordenação, mas sinceramente quando eu cheguei ela não tinha uma máquina de tirar cópia, quando tinha era quebrada. Nós funcionamos por algum tempo sem uma impressora, então assim, a gente passou tempos difíceis, sem impressora, sem laboratórios. [...] As aulas aconteciam no CAVN, naquele pavilhão superior. Em 2008 só existia aquele pavilhão de salas de aulas do CAVN. Existia também aquele que a gente chama de “bloco branco”, perto da capela, mas eu não sei exatamente o que funcionava lá. Aí não sei exatamente qual foi o ano, em 2010 acho, é que o curso de Pedagogia foi deslocado lá do pavilhão superior, onde hoje são as aulas do CAVN, para aquele setor “bloco branco”, ficamos mais ou menos um ano e meio, não me lembro precisamente quanto tempo. Nesse período foi edificado aquele prédio que é chamado de “bloco vermelho” - Alcides Marcelino - aí nós ficamos dando aula lá por volta de um ano e meio, dois anos [...] (AQUINO, 2016)

Sobre a criação dos prédios, a professora Luciene ressalta:

Os laboratórios foram criados assim: a professora Geralda, veio uma verba para criar esses prédios aqui da segunda Chã. A gente fez um levantamento de material para equipar esses laboratórios. Então assim, ainda na gestão da professora Geralda, ela como coordenadora, na verdade eu acompanhava porque eu fiquei como vice coordenadora por um tempo do curso... a gente fez todo um levantamento do material que seria necessário para o laboratório

de informática e também para as salas de Multimeios. A brinquedoteca só foi criada mediante os preparativos para a avaliação do curso de Pedagogia pelo MEC [...] (AQUINO, 2016)

Mediante o que assinala a professora sobre a infraestrutura do Campus, refletimos se esse também não constituiria em um dos motivos que levava o pró-reitor de Graduação e o reitor a não simpatizar com a criação do curso de Pedagogia, uma vez que por ele novas demandas surgiriam e teriam que ser atendidas³⁰.

Outra marca efetiva do curso de Pedagogia tem sido a realização dos Encontros de Pedagogia. Geralmente, eles costumam ser anuais e agregam os trabalhos acadêmicos de discentes do curso, como também de professores da Educação Básica das cidades circunvizinhas. Sobre ele temos:

O Encontro de Pedagogia é uma idealização da professora Geralda, ela tem levado esse encontro a frente desde o primeiro, até este que está ocorrendo agora. E, sempre assim, é outra dificuldade esse Encontro de Pedagogia porque a gente não tem recurso algum pra ele. A gente fez o I sem nenhum recurso mesmo, eu acho que o que a universidade cedeu se eu não me engano foi o espaço, esses encontros a gente tem feito praticamente com os dinheiros das inscrições. O Encontro de Pedagogia ele é fantástico, primeiro porque os nossos alunos eles tem que cumprir uma carga horária extracurricular fora de sala de aula de 270 horas. Então, o Encontro de Pedagogia foi pesando também nisso, naquele aluno que não pode ir para João Pessoa para um evento, não pode ir para Natal, não pode se deslocar. Depois é uma forma também de dialogar aquilo que está se estudando em sala de aula com o que está sendo discutido em outras universidades [...] (AQUINO, 2016)

O Encontro de Pedagogia é, assim, um evento que acontece com recursos limitados, geralmente provenientes de suas inscrições. No entanto, envolve grande número de alunos e docentes, que organizados em comissões realizam o Encontro. Tais comissões variam desde a de “Orçamento e Finanças” às comissões de “Logística e Infraestrutura”, “Cerimonial”, “Recepção e Credenciamento”, “Comunicação e Mídias”,

³⁰ Esta questão da Infraestrutura ainda foi elemento de análise do Instrumento de avaliação do MEC, no ano de 2011, a aponta: “Os espaços físicos utilizados atendem adequadamente. A IES possui auditórios e salas de multimeios, com dispositivos de imagem e som, multimídia e informática, que podem ser acessados por todos os acadêmicos, para estudo e pesquisa, correspondendo aos objetivos e especificidades do Curso. O ambiente contém condições de acesso para sujeitos com necessidades especiais. Possui três laboratórios de Informática, uma brinquedoteca (que está sendo implementada). Há, vinculada à IES, uma escola de Educação Infantil, na qual são realizadas atividades de estágio e monitoria do Curso. [...]”. (Avaliação Institucional, 2011, p.4)

“Editorial e Sociocultural”³¹. Todas elas compostas por alunos. No quadro a seguir constam as temáticas de discussão existentes nos seis eventos realizados até então.

Quadro 4: O Encontro de Pedagogia

| EDIÇÃO | TEMÁTICA | PERÍODO DE REALIZAÇÃO |
|---------------------------|--|---------------------------------------|
| I Encontro de Pedagogia | Formação Docente: Experiências Educacionais em Espaços Formais e Não Formais; | De 22 a 24 de outubro de 2008 |
| II Encontro de Pedagogia | Educação Escolar do Campo e Direitos Humanos | De 17, 18 e 19 de novembro de 2009 |
| III Encontro de Pedagogia | Educação Infantil: Das Práticas Pedagógicas às Políticas Públicas | De 17 a 19 de novembro de 2010 |
| IV Encontro de Pedagogia | Práticas Educativas, Culturas e Diversidades | De 05 a 07 de dezembro de 2011 |
| V Encontro de Pedagogia | Docência e Práticas Educativas | De 18, 19 e 20 de novembro de 2014 |
| VI Encontro de Pedagogia | Leituras e Transversalidades. | 20, 21 e 22 de setembro de 2016 |

Fonte: Quadro elaborado pela pesquisadora, 2016

Em nossa pesquisa conseguimos os folders destes seis eventos realizados, como marcas de divulgação da área de concentração do evento, que em cada versão se diversifica. É o que apontamos abaixo:

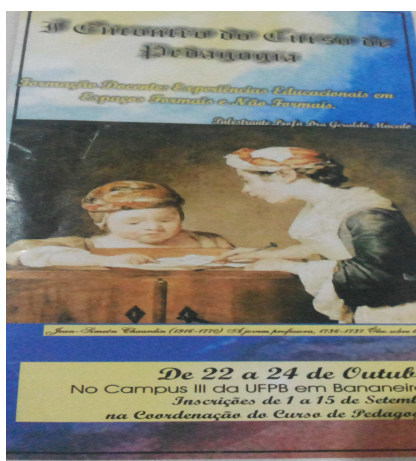


Figura1 – I Encontro de Pedagogia

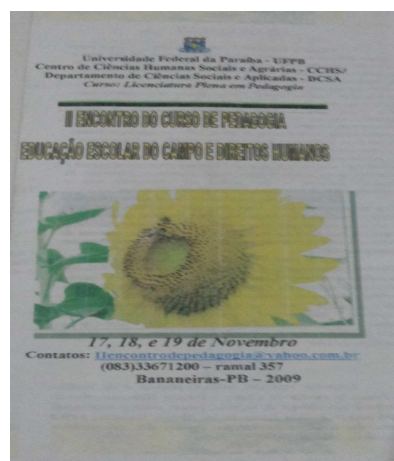


Figura2 – II Encontro de Pedagogia

³¹ Confira no Anexo 1 o que desempenha as comissões.



Figura3 – III Encontro de Pedagogia



Figura6 – VI Encontro de Pedagogia



Figura4– IV Encontro de Pedagogia



Figura5– V Encontro de Pedagogia

O Encontro contribui para a socialização do conhecimento e para o diálogo constante que deve ocorrer entre o Ensino Superior e a Educação Básica. Da mesma forma que, como aponta Aquino (2016), tem sua carga-horária aproveitada nos componentes flexíveis. Estes são definidos da seguinte forma:

Os conteúdos complementares flexíveis (Tópicos Especiais em Educação I e II) encontram-se em acordo com a resolução nº 34/2004 do CONSEPE e perfazem uma carga horária de 105h em 07 créditos, ocorrendo ao longo do Curso e regido por resolução interna do curso 01/2011. Esses conteúdos são compostos por Atividades de Pesquisa, Extensão e Monitoria, em situação de bolsista ou voluntariado; curso de extensão universitária; componentes livres escolhidos pelo aluno entre as disciplinas oferecidas em outros cursos de graduação, em áreas a fins, contemplando conteúdos de aprofundamento na área da Educação; participação e/ou apresentação de trabalhos em congressos, encontros, exposições, jornadas, colóquios, seminários, cursos, oficinas, workshops e outras atividades similares, que tratem da área da Educação ou áreas afins. (PPC, 2012, p.73)

Mesmo extrapolando nosso marco temporal, nossa escolha de trazer em alguns momentos deste texto o documento de Avaliação do MEC, produzido no ano de 2011, é para enfatizar o olhar institucional que se construiu sobre o curso desde sua fundação. Da mesma forma em que citamos o PPC do curso, do ano de 2012, como fruto destes debates anteriores que refletiram sobre a reformulação do documento. Os Encontros de Pedagogia foram por este olhar institucional descritos da seguinte forma: “Anualmente, o curso promove um Encontro de Pedagogia, em 2011 ocorrerá sua quarta edição. A cada Encontro uma temática é discutida. A síntese da terceira edição foi publicada em um livro: Educação Escolar do Campo e Direitos Humanos”. (Avaliação Institucional do MEC, 2011, p.3).

Apesar de percebemos um intervalo de aproximadamente dois anos sem a existência do Encontro, desde a fundação do curso até os dias atuais, é perceptível que este evento já se tornou umas das marcas significativas da formação do curso sobre seus discentes. Como mais um meio de divulgação das atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas pelo Centro.

Outra marca do Centro e do Curso de Pedagogia em seus discentes são as atividades de extensão. Sobre elas, projeta o PPP para o curso de Pedagogia (2008, p. 04): “O projeto de criação do Curso de Pedagogia representa um esforço no sentido de ampliar o escopo do Centro de Formação de Tecnólogos, desenvolvendo de forma mais complexa e sistemática as atividades de ensino, pesquisa e extensão no Campus III –

Bananeiras”. Também foi a partir delas que se daria início aos primeiros pensamentos sobre a criação do curso, é o que também aponta o PPP (2008, p.8),

No ano de 2005 foi criado um projeto de extensão, como primeira fase da atividade batizada por Residência Agrária, intitulado, Qualificação de Graduados e Técnicos de Nível Superior das Ciências Agrárias para a Educação do Campo nas áreas de Reforma Agrária e Agricultura Familiar.[...] Para dar prosseguimento ao perfil que o Campus III vem adotando em sua história, seja o de interagir com a sociedade formando profissionais para atuarem profissionalmente com as múltiplas realidades, econômica, social, política, produtiva etc., estamos criando o Curso de Pedagogia com o objetivo de formar profissionais para atuarem na área educacional.

A partir das atividades de extensão realizadas pelo Centro e pelo significativo número delas condensarem a necessidade de formação de um educador, também na área pedagógica³², é que se consolidou o desejo de criação do curso de Pedagogia no Campus III. Esta foi mais uma das necessidades apontadas em nosso texto que revela um cenário propício, porém denso, de contexto de criação deste curso em Bananeiras/PB. No item abaixo, tentaremos apontar os perfis do aluno egresso que o curso se empenhou em formar.

3.2. A formação de pedagogas/os: refletindo sobre os perfis deste profissional

O Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba – campus III, sediado na Cidade de Bananeiras, com endereço Rua Sérgio de Albuquerque Souza, na cidade de Bananeiras – PB, CEP: 56163-000, foi autorizado no ano de 2006, na modalidade presencial, pela Resolução 08/2006, de 7 de julho de 2006, do Conselho Universitário da Universidade Federal da Paraíba, Processo nº 23074.008961/06-18, originário do Centro de Formação de Tecnólogos. A Resolução nº. 23/2006 que cria o curso de Licenciatura em Pedagogia, no campus III e a Resolução 24/2006 aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia do campus III, com 40 (quarenta) vagas anuais e funcionamento noturno. A estrutura curricular contém componentes curriculares, créditos e horas-aulas. Os componentes curriculares estão distribuídos em conteúdos básicos profissionais, conteúdos complementares flexíveis, obrigatórios e optativos, distribuídos em nove semestres, com carga horária de 3.210 horas. Esses componentes curriculares são ofertados de forma presencial, com carga

³² Como com a criação, em novembro de 2006, do curso de especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo. Resultado de uma parceria com a Universidade Federal de Sergipe, Universidade Federal Rural de Pernambuco e Universidade Federal da Bahia.

horária teórica e prática. Ao final de cada semestre, acontece o seminário temático que aprofunda os conteúdos trabalhados nos componentes curriculares. [...] A pesquisa e a extensão são aspectos relevantes do curso. A maioria dos docentes desenvolve atividades dessa natureza, contando com alunos bolsistas e voluntários. Os resultados das pesquisas e projetos de extensão são divulgados em congressos, seminários, encontros da área, internos ou externos. Estão em andamento os trâmites para publicação de uma revista *on line* do curso de Pedagogia. Atualmente, o curso tem 235 estudantes regularmente matriculados e conta com o trabalho de 20 professores”. (Documento de Avaliação do MEC, 2011, p. 3)

Esta extensa descrição aponta, em linhas gerais, as características que dão rosto e definição ao Curso de Pedagogia do Campus III. Apesar de datada de 2011, revela a realização das possíveis projeções feitas pelo curso em seu ato de criação que trazia como objetivos:

O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

- Possibilitar aos(as) alunos(as) durante o processo de formação acadêmica acesso a teorias e instrumentos que orientem intervenções pertinentes e adequadas aos momentos específicos e singulares do processo de alfabetização e letramento vivenciados pelos alunos do ensino de Educação Infantil e Ensino Fundamental.
- Compreender que as atividades docentes também envolvem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino.
- Planejar executar, coordenar, acompanhar e avaliar atividades no âmbito da educação escolar e não escolar.
- Produzir e divulgar conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares do campo e cidade e em contextos não-escolares.
- Formar educadores para atuação específica junto às populações que trabalham e vivem no e do campo, no âmbito das diferentes etapas e modalidades da Educação Infantil e Fundamental, e da diversidade de ações pedagógicas necessárias para concretizá-la como direito humano e como ferramenta de desenvolvimento social.
- Contribuir na construção de alternativas de organização do trabalho escolar e pedagógico que permitam o desenvolvimento do ensino da educação Infantil e Fundamental no e do campo, com a rapidez e a qualidade exigidas pela dinâmica social em que seus sujeitos se inserem e pela histórica desigualdade que sofrem.
- Estimular ações articuladas de ensino, de pesquisa e de extensão voltadas para demandas da Educação do Campo e educação com características urbanas.
- Formar educadores para atuação na educação básica em escolas do campo tornando-os aptos a fazer a gestão de processos educativos e a desenvolver estratégias pedagógicas que visem a formação de sujeitos humanos autônomos e criativos capazes de produzir soluções para questões inerentes a sua realidade, vinculadas à construção de um projeto de desenvolvimento sustentável de campo e de país. (PPP, 2008, p.18)

A longa citação acima carrega intenções de formação que dão relevo a um desenvolvimento profissional específico e a uma identidade docente bem delineada, visto que ajudará o pedagogo em formação no processo de adesão do conhecimento que deverá ser sabido, aprendido, elaborado e futuramente ensinado pelo aluno. Ela também dá relevo ao que nós apontamos em nossa II parte, sobre o debate que se trava entre a formação do Pedagogo educador e professor. Ainda nos remete para a ideia do ensino, mas também de planejamento, pesquisa, atividades de extensão, tanto nos âmbitos da Educação Infantil e Ensino Fundamental (primeiros anos), como especificamente para atuação no campo.

Ainda através da citação anterior, compreende-se que a formação oferecida pelo curso de Pedagogia está fundamentada em princípios básicos para o desenvolvimento ético, social e humano, estando coadunada com as atribuições esperadas para o licenciado, segundo as Referências Curriculares Nacionais, que dispõe:

PERFIL DO EGRESSO: O Licenciado em Pedagogia ou Pedagogo é o professor que planeja, organiza e desenvolve atividades e materiais relativos à Educação Básica. Sua atribuição central é a docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, que requer sólidos conhecimentos sobre os fundamentos da Educação, sobre seu desenvolvimento histórico e suas relações com diversas áreas; assim como sobre estratégias para transposição do conhecimento pedagógico em saber escolar. Além de trabalhar diretamente na sala de aula, o licenciado elabora e analisa materiais didáticos, como livros, textos, vídeos, programas computacionais, ambientes virtuais de aprendizagem, entre outros. Realiza ainda pesquisas em Educação Básica, coordena e supervisiona equipes de trabalho. Em sua atuação, prima pelo desenvolvimento do educando, incluindo sua formação ética, a construção de sua autonomia intelectual e de seu pensamento crítico. (Referências Curriculares Nacionais para os cursos de Bacharelado e Licenciatura, 2010, p.88)

Desta forma, temos que o licenciado em Pedagogia ou Pedagogo é o professor que executa suas atividades pautadas em um planejamento amplo, direcionado para as necessidades pedagógicas, e que sua atuação é na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Mas, para além do ambiente escolar, o PPP traz definições e atribuições que contemplam os espaços fora do âmbito escolar, quando traz em sua grade curricular disciplinas que extrapolam a educação escolar. Assim acontece com o estágio em “Educação Não-Escolar”, comumente nomeado como “Educação Não-Formal”. Esta

disciplina nos pareceu ser uma característica muito própria do currículo do curso de Pedagogia do CCHSA³³. Outra especificidade de nosso curso é o Estágio em Educação do Campo, que traz a seguinte ementa:

Estágio Supervisionado V – Docência em escolas do Campo

EMENTA: Estudo avaliativo sobre a prática pedagógica das escolas do Campo objeto do próprio estágio, considerando as implicações teórico-metodológicas relacionadas às questões de observação e prática do estágio, enquanto situação de aprendizagem da sistematização da prática pedagógica, caracterização e avaliação da participação do estagiário enquanto sujeito da formação no processo de desenvolvimento do estágio.

Tal como este componente, outros também só constam em nosso PPP, como as disciplinas referentes à Pesquisa e Prática na “Educação Não Escolar” e na “Educação do Campo”. Não é nosso objetivo trazer uma discussão que reflète a história das disciplinas, apesar de ser este aspecto muito interessante. Mas citamos alguns destes componentes que dão um relevo singular a formação do pedagogo do CCHSA.

Devido a estas especificidades nas disciplinas que constam no currículo, como pela própria criação do curso, que necessitava da contratação de professores, Macedo (2016) destaca:

Os professores que iniciaram no curso eram os que ensinavam no curso de Ciências Agrárias. No caso, Edson Brito, Socorro Queiroga, e eu. A gente contratou de início dois substitutos, Cícero Agra e Diogo, com três efetivos que já existiam [*de outros cursos se formou o quadro inicial de professores*]. Depois tem um momento que a gente consegue mais, chegaram seis vagas para o campus e aí foi onde começou essa disputa e essa outra tensão maior com o curso de Administração, porque eles queriam parte dessas vagas. Foi muito tenso essa primeira negociação pra conseguir esses professores. (MACEDO, 2016). *As alterações em itálico são nossas.*

Como já apontamos, o quadro de professores do curso era bastante reduzido. Acreditamos que nos seus primeiros anos (2006 a 2008), disciplinas como estas não tenham ganhado tanta proporção, tanto devido a área de pesquisa dos professores que na

³³ Tentamos ter acesso aos demais PPPs que constituem os cursos de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, em seus diversos campi. No entanto, a maioria deles não se encontrava digitalizado. Encontramos um PPP referente ao curso de Pedagogia do Campus I, datado de outubro de 2006, que trazia como estágios: Estágio Supervisionado I – Gestão Educacional, Estágio Supervisionado II – Educação Infantil, Estágio Supervisionado III – Ensino Fundamental, Estágio Supervisionado IV – Ensino Fundamental, Estágio Supervisionado V – Área de Aprofundamento. Neste documento não constava o Estágio em Educação Não formal. Não sabemos se este PPP ainda continua em vigor, mas em conversas informais constatamos que o curso atualmente ainda não oferece este estágio aos graduandos.

época compunham o quadro docente, quanto pela alta carga horária que possuíam, os impossibilitando de desenvolver pesquisas nesta área. No entanto, atualmente o curso já possui professores especializados na área de 'Educação do Campo', e que agora ministram tais disciplinas.

Sabemos que atualmente cada vez mais se espera um pedagogo com formação interdisciplinar, apto a atuar na diversidade e nos desafios encontrados dentro e fora da sala de aula. É o que destaca as Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia,

O estudante de Pedagogia trabalhará com um repertório de informações e habilidades composto por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada no exercício da profissão, fundamentando-se em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética. Parágrafo único. Para a formação do licenciado em Pedagogia é central: I - o conhecimento da escola como organização complexa que tem a função de promover a educação para e na cidadania; II - a pesquisa, a análise e a aplicação dos resultados de investigações de interesse da área educacional; III - a participação na gestão de processos educativos e na organização e funcionamento de sistemas e instituições de ensino. (RESOLUÇÃO Nº 1, DE 15 DE MAIO DE 2006, NO ARTIGO 3º).

Diante de tal regulamentação, tomam-se propostas de formação do profissional da educação que não se baseiam apenas em dimensões técnicas, utilitárias, instrumentais; mas também se inserem no campo das sensibilidades, da cidadania e da complexa e diversificada atuação em sociedade. Essa concepção estabelece que o pedagogo seja capaz de compreender de forma crítica e criativa os processos sociais, culturais, políticos e econômicos que permeiam a educação, a escola, o aluno, o processo de ensino aprendizagem. Estas prescrições também constam no PPP do curso, que mesmo em sua versão reformulada, reforça o desejo de uma:

[...] formação inicial do pedagogo para atuar em diferentes setores que implicam no trabalho pedagógico, escolar e não escolar, ou seja, o Curso de Pedagogia do Campus III, forma o profissional para trabalhar no ensino, no planejamento, na gestão e avaliação de projetos educacionais, de instituições e de políticas públicas de educação de sistemas, unidades e projetos educacionais e na produção e difusão do conhecimento, rompendo-se com os modelos fragmentados de formação que se definem a partir da dicotomia conteúdo e forma, entre saber didático e saber específico. (PPC, 2012, p.08)

Assim como as demais formações de nível nacional, a formação inicial do pedagogo do Campus III tem um direcionamento profissional voltado para atuar em várias dimensões pedagógicas. Mas essa formação oferecida pelo curso requer uma organização curricular consistente, que surge das necessidades de formação profissional (Pedagogo) reveladas na atualidade, no que tange a:

[...] formação inicial para o exercício da docência na educação infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio de modalidade normal e em cursos de Educação Profissional, na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas do conhecimento pedagógico. A formação oferecida abrangerá, integralmente à docência, a participação da gestão e avaliação de sistemas e instituições de ensino em geral, a elaboração, a execução, o acompanhamento de programas e as atividades educativas. (BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Parecer CNE/CP Nº.5/2005).

É nesta concepção, que em 2008 o perfil desejado do graduado em Pedagogia contemplaria a seguinte estrutura curricular:

Quadro Nº.5 – Estrutura Curricular Semestral

| |
|---|
| 1º Semestre: Filosofia da Educação I, História da Educação I, Sociologia da Educação I, Psicologia da Educação I, Metodologia do Trabalho Científico Pesquisa Educacional, Seminário Temático em Educação I |
| 2º Semestre: Filosofia da Educação II, História da Educação II, Sociologia da Educação II, Psicologia da Educação II, Currículo e Trabalho Pedagógico, Economia da Educação, Seminário Temático em Educação II. |
| 3º Semestre Planejamento Educacional, Política Educacional da Educação Básica, Estágio Supervisando I- Edu. Não Escolar, Pesquisa e Prát. Ped. na Edu. Não Escolar, Ensino de Hist. nas Series iniciais do E.F, Fundamentos da alfabetização, Seminário Temático em Educação III |
| 4º Semestre: Gestão Educacional, Ensino da Mate. Nas Series Iniciais do E.F, Avaliação Educacional, Didática, Alfabetização, Estágio Super. II- Gestão Educacional, Seminário Temático em Educação IV |
| 5º Semestre: Pesquisa e Prát. Pedagógica na Gestão Ed., Ensino de Port. nas Series Iniciais do E.F, Estágio Super. III-Educação Infantil, Optativa, Letramento, Educação e Novas Tecnologias, Seminário Temático em Educação V |
| 6º Semestre: Ensino de Geog. nas Series Iniciais do E.F, Pesquisa e Prát. Pedagógica na Ed. Infantil, Estágio Super. III-Ensino Fundamental, Leitura e Produção de Texto, Pesquisa e Prát. Pedagógica no E.F, Seminário Temático em Educação V |
| 7º Semestre: Ensino de Ciên. Nas Series Iniciais do E.F, Estágio Super. IV-Ensino Fundamental, Educação e Movimentos Sociais, Educação do Campo, Optativa, Educação e Arte, Seminário Temático em Educação VIII |
| 8º Semestre: Trabalho de Conclusão do Curso, Políticas Sociais Educação Especial, Estágio Super. V- Edu. Escolar do Campo, Seminário Temático em Educação VIII |

Fonte: Quadro produzido pela pesquisadora com informações do PPP, 2008.

Neste quadro não constam as disciplinas optativas e complementares³⁴. Mas, sobre esta estrutura curricular, têm-se as seguintes delimitações: “os egressos devem cumprir uma carga horária prevista de 3.210 horas, distribuídas em 08 semestres para o turno diurno e 10 para o turno noturno”. Tal estrutura curricular deve integralizar conteúdos em:

I- disciplinas, seminários e atividades de natureza predominantemente teórica que farão a introdução e o aprofundamento de estudos, entre outros, sobre teorias educacionais, situando processos de aprender e ensinar historicamente e em diferentes realidades socioculturais e institucionais que proporcionem fundamentos para a prática pedagógica, a orientação e apoio a estudantes, gestão e avaliação de projetos educacionais, de instituições e de políticas públicas de Educação. (BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006, Art. 8º).

Intentando atender a tais normatizações, amplo debate tem se estabelecido entre a equipe docente do curso após a presença do MEC em Bananeiras, com o intuito de rever essa estrutura curricular, principalmente no que tange a obrigatoriedade do ensino da disciplina de Libras³⁵, como também da presença das discussões étnico-raciais e indígenas, em cumprimento as Leis 10.639/96 e 11.645/08³⁶. Infelizmente não conseguimos adentrar estas questões, mas é de nosso objetivo adentrar a esta seara em pesquisas futuras.

Com vistas ao que concerne a profissionalização dos licenciados em Pedagogia, tem-se, segundo o PPP (2008, p.22), as seguintes orientações:

O campo de atuação do licenciado em Pedagogia deve ser composto pelas seguintes dimensões:

- docência na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nas disciplinas pedagógicas do curso de Ensino Médio na modalidade Normal, na Educação Escolar do Campo, assim como em Educação Profissional, na área de serviços e apoio escolar, além de atuarem em outras áreas nas quais conhecimentos pedagógicos sejam previstos;
- gestão educacional, entendida numa perspectiva democrática, que integre as diversas atuações e funções do trabalho pedagógico e de processos educativos escolares e não-escolares, especialmente no que se refere ao planejamento, à administração, à coordenação, ao acompanhamento, à avaliação de planos e de projetos pedagógicos, bem como análise,

³⁴ Verificar quadro de referências no Anexo, página: 65

³⁵ Dentro do que estabelece o Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Disponível no seguinte endereço: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>.

³⁶ Leis que obrigam o ensino de História e da Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena nos conteúdos curriculares. Atualmente, já consta no currículo do curso de Pedagogia a disciplina “Relações Étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena”.

formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas e institucionais na área de educação;
- produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional.

Tais direcionamentos estão de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia do ano de 2006, inclusive constam no PPP com a mesma redação das Diretrizes. Quanto às competências, atitudes e habilidades do egresso, elas são descritas da seguinte forma:

Atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime e igualitária; Compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões física, psicológica, intelectual, social, entre outras; Fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como pessoas jovens e adultas que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria; Trabalhar em espaços escolares e não-escolares do campo e da cidade, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educação; Reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais e afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas; Ampliar modos de ensinar diferentes linguagens, Língua Portuguesa, Matemática, ciências, história, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano, particularmente de crianças; [...] (PPP, 2008, p.21)

Por meio desta última citação temos o perfil do egresso em Pedagogia traçado pelo PPP do curso. Ele traduz o desejo da ampla participação deste profissional nos mais diversos setores da sociedade, principalmente na Educação Infantil (com crianças de 0 a 5 anos), no Ensino Fundamental (primeiros anos/ Educação de Jovens e Adultos) e na Educação Não Escolar (como um educador social). Para além das atividades de ensino, o pedagogo ainda pode atuar na Gestão e na Supervisão, tornando esta profissão múltipla em diversos sentidos, tanto no que se refere ao conhecimento (em suas mais distintas instâncias e ensinos), quanto em cargos administrativos dentro do âmbito das instituições educacionais, aqui compreendidas para além da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa monográfica buscou-se identificar e compreender as marcas de uma formação, como também produzir a versão de uma história de fundação para o Curso de Pedagogia da UFPB/CCHSA, durante os anos de 2006 a 2008. A narrativa histórica que acabamos de apresentar tentou entender o porquê da existência de um curso de Pedagogia dentro do Campus III, marcadamente associado às questões agrárias.

Acreditamos que o curso de Pedagogia surge com as mesmas marcas que identificam o CCHSA, mas que consegue estabelecer uma virada identitária quando associa o agrário à formação do pedagogo/educador social. Neste mesmo sentido, consegue corresponder a uma forte demanda que existia na região, ampliando a formação de profissionais docentes para além da cidade de Bananeiras/PB.

Foi por meio da História Oral que partimos de depoimentos orais com os primeiros professores que estiveram presentes neste processo de criação e consolidação do curso. Nosso objetivo primeiro era refletir o período que competia da criação à primeira avaliação do curso por parte do Ministério da Educação, da mesma forma que abordar o primeiro exame de alunos realizados no curso – o ENADE – com vistas a analisar os momentos que perpassam esse desdobramento da história da Pedagogia em Bananeiras/PB. No entanto, vimos que seria pouco tempo para tamanha investigação. Foi quando decidimos e achamos mais possível nos deter nos dois primeiros anos de existência do curso, estando estas demais questões a constituir nossos interesses futuros de pesquisa.

Para além das fontes orais, foi de suma importância para nós a consulta de alguns documentos oficiais (como o PPP do curso e o documento de avaliação do MEC), como também a utilização de regulamentos e Leis (que norteiam desde a criação de cursos superiores na UFPB às Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia). Estas fontes nos permitiram ir para além da oralidade, observando também o contexto legal que condicionava a existência do curso.

Desta forma, na I parte temos as escolhas que permearam nossa pesquisa (os fundamentos teórico-metodológicos, os sujeitos colaboradores e o cenário de pesquisa). Já na II parte, intentamos em abordar o curso de Pedagogia situado no tempo, sua

conquista por uma identidade docente e por uma profissionalização. E na parte seguinte, finalizamos esta pesquisa discutindo o curso de Pedagogia do CCHSA/UFPB. Todo esse processo nos levou a refletir sobre nossa própria condição, tanto quando aprendemos sobre a constituição deste campo do saber enquanto um curso superior, como também enquanto pedagogos, quase egressos, também formados pelo curso de Pedagogia do Campus III. Vemos que parte desta história também é peça integrante da nossa própria história de formação profissional.

Esta referida análise ainda nos permitiu perceber que as marcas de formação estão relacionadas entre si, possuem uma ligação que contempla todo o cenário de fundação do curso, com as tensões, conflitos, conquistas e a aquisição de um espaço mais amplo com relação à presença de Licenciaturas no Centro. Este processo nos revelou que estas marcas talhadas na história do Curso de Pedagogia estão presentes em alunos e em professores, e na formação de cada uma destas identidades. Estão presentes nas relações que se deram e que ainda estão por vir. São insígnias que marcam tanto os professores que vivenciaram tal implementação (incertezas, sentimentos de luta e afirmação, desejos de estabilização de uma vida profissional) quanto os alunos que iniciaram pela primeira vez um curso superior, que se identificam com a docência e que contribuíram *a posteriori* com o desenvolvimento da educação em seus municípios de origem. Contemplam anseios de professores que ainda estavam por vir, e que hoje também já fazem parte da história deste curso que acaba de completar uma década de existência.

Como resultado singular, agora concluindo este trabalho em primeira pessoa, essa pesquisa trouxe para minha formação uma compreensão mais ampla de como se dão as instâncias para a formação superior e profissional dos sujeitos. Me proporcionou uma experiência rica e pessoal como pesquisadora, e como graduanda – pedagoga, prestes a me tornar uma profissional egressa, formada pelo curso de Pedagogia da UFPB/Campus III. Estas também são marcas do curso deixadas em mim, e este Trabalho de Conclusão de Curso finaliza as minhas marcas de existência neste curso.

REFERÊNCIAS

- ARAÚO, Jaqueline. **Fotos I e II Encontro de Pedagogia**, Bananeiras, 2007.
- ALMEIDA, Luana Costa. **O Curso de Pedagogia da Unicamp: Marcas de Formação**. Campinas, SP:[s.n] 2007.
- ALBERTI, Verena. **Manual de História oral**. 2 ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- _____. ANFOPE - Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação documento para subsidiar discussão na audiência pública regional – recife – 21/03/01. **Análise da versão preliminar da proposta de diretrizes para a formação inicial de professores da educação básica, em curso de nível superior**.
- BZUNECK, J. A. A motivação do aluno: aspectos introdutórios. In: BORUCHOVITCH, E. BZUNECK, A. (Org.). **A motivação do aluno: contribuições da psicologia contemporânea**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2004b. Cap.1, p.9-36.
- BRZENZINSKI, Iria. **Formação de Professores: Um desafio**. Goiânia; UCG.1996
- BRASIL. MEC/CNE. **Resolução CNE/CP 1/2006**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura.
- BRZEZINSKI, I. **Pedagogia, Pedagogos e Formação de Professores: Busca e movimento**. Campinas: Papirus, 1996a.
- BEZERRA, Francisco Chaves. **História, Cultura e Ensino Superior na Paraíba: Implantação, Estadualização e Federalização**. SACULUM - Revista de história [15]; João Pessoa, jul./dez.2006.
- BRITO, Rosa Mendonça. **Breve Histórico do Curso de Pedagogia no Brasil**.Vol.1 n.1 2006.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos: edição compacta**. 5. ed. São Paulo: Atlas. 1998.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral e narrativa: Tempo, memória e identidades**. História Oral, volume 6. 2003, pág. 9-25

FURLAN, Cacilda Mendes Andrade. **História do Curso de Pedagogia no Brasil: 1939-2005**. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, 8, 2008, Curitiba. Anais... Curitiba, 2008.

LIBÂNEO, J. C. In: Pimenta, S. G. (org.). **Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2002.

LIMEIRA, Maria das Dores & FORMIGA, Zeluiza. **UFPB: implicações políticas e sociais da sua História**. Textos UFPB-NDIHR, João Pessoa, 1986, p. 5. Disponível em: <http://www.ndihr.ufpb.br/programa/ufpb_implicacoes.html> Acesso em 19 de out. 2016

NÓVOA, Antônio. O passado e o presente dos professores. In: NÓVOA, A. (Coord.). **Profissão professor**. Porto: Editora Porto, 1995.

BRASIL. **LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. No. 9394/96, Brasília, 1996.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura - **Resolução CNE/CP 1/2006**. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de maio de 2006.

Projeto Político Pedagógico. Curso de Pedagogia. Bananeiras, 2008.

Relatório de Avaliação Pedagogia – MEC. Bananeiras, 2011.

_____. **Documento Norteador para a Elaboração das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Formação de Professores**, SESU; MEC, setembro de 1999.

_____. PARECER n. 251/62. **Currículo mínimo e duração do curso de pedagogia**. Relator: Valnir Chagas. *Documenta*, n. 11, pp. 59-65, 1963.

_____. PARECER n. 252, de 11 de abril de 1969. **Estudos pedagógicos superiores**. Mínimos de conteúdo e duração para o curso de graduação em Pedagogia. Relator: Valnir Chagas. *Documenta*, n. 100, pp. 101-17, 1969.

PINHEIRO, Geslani Cristina Grzyb e Joana Paulin Romanowski. **Curso de Pedagogia: Formação do Professor da Educação Infantil e dos Anos Séries Iniciais do Ensino Fundamental**. Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação Docente. Disponível em: <<http://formacaodocente.autenticaeditora.com.br/artigo/exibir/8/24/1>> Acesso em 20 de out. 2016.

PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. 2. Ed., 1ª reimpressão. _ São Paulo: Contexto, 2008.

RIBEIRO, Mônica Luiz de Lima e Maria Irene Miranda. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia**: Análise e política, 2016.

RODRIGUES, Cláudio José Lopes. **Sociedade e Universidade**: um estudo de caso. João Pessoa: SEC-PB, 1986.

SÃO PAULO. Decreto 27, de 12/03/1890. In: **Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo**. Tomo I – 1889-1891. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1909.

SAVIANI, Dermeval. **A pedagogia no Brasil**: história e teoria. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, C S B da. **Curso de Pedagogia no Brasil**: História e Identidade. Campinas: Autores Associados, 2003.

TANURI, Leonor Maria. **História da formação de professores**. Revista Brasileira de Educação, n. 14, p. 61-88, maio/ago. 2000.

Apêndice

PERGUNTAS NORTEADORAS PARA ENTREVISTA

Docente: Geralda Macedo

Formação: Pedagoga

Data: 10/08/2106

1. Quando e por que despertou o interesse em trazer o curso de Pedagogia para o Campus III? (Tendo em vista a identidade agrária do campus)
2. Como se deu contexto de criação do curso? (Quais as tensões, conflitos e parcerias aconteceram neste processo de criação)
3. Quais as memórias que cercam a proposta pedagógica do curso? Sua área de concentração é voltada à educação escolar do campo?
4. Após sua implantação, como se deu o primeiro vestibular? Quais os professores estavam presentes? Quais as lembranças deste momento?

PERGUNTAS NORTEADORAS PARA ENTREVISTA

Docente: Luciene Chaves de Aquino

Formação: Pedagoga

Data: 13/09/2016

1. Em que ano a senhora entrou no curso de Pedagogia? Quando a senhora entrou no CCHSA já existia o curso de Pedagogia? Quanto tempo já tinha sido fundado? Quais as disciplina a senhora ministrou neste período? Quantas disciplinas existiam no curso? Como é que era dividida as disciplinas?
2. Como ocorreu a primeira aula inaugural do curso de Pedagogia? Como era a turma pioneira? Quantos alunos tinham? Quantos professores tinham no curso? Como eram feitas as divisões? Quem coordenava o curso na época?
3. A senhora lembra algum período de conflito na época que aconteceu nesse contexto com relação aos outros departamentos e ao próprio CCHSA? Quais as dificuldades eram encontradas, existiam laboratórios, existia brinquedoteca?
4. Como aconteceu o primeiro encontro de Pedagogia? Quais as lembranças desse momento?

PERGUNTAS NORTEADORAS PARA ENTREVISTA

Docente: Kilder Barbosa Silva

Formação: Sociólogo

Data: 27/09/210

1. Quando e por que despertou o interesse em trazer o curso de Pedagogia para o Campus III? (Tendo em vista a identidade agrária do campus)
2. Qual seu interesse em criar o curso, sendo que sua área é da Sociologia? E depois de criado, porque você não atua no curso de Pedagogia? Até quando você acompanhou o curso? Você saiu logo que o curso foi aprovado? Porque?
3. Como se deu o contexto de criação do curso? (Quais as tensões, conflitos e parcerias aconteceram neste processo de criação)
4. Quais as memórias que cercam a proposta pedagógica do curso? Sua área de concentração voltada à Educação escolar do campo?
5. Após sua implementação, como se deu o primeiro vestibular? Quais os professores estavam presentes? Quais as lembranças deste momento?

Anexo

ANEXO 1

FOTOS RELACIONADAS AO I E II ENCONTRO DE PEDAGOGIA



Fig.1 e Fig. 2 Abertura do II Encontro de Pedagogia. (Arquivo pessoal de Jaqueline Araújo)



Fig.3 e Fig. 4 II Encontro de Pedagogia: Educação Escolar do Campo e Direitos humanos. (Arquivo pessoal de Jaqueline Araújo)



Fig.5 I Turma Pioneira no I Encontro de Pedagogia: Formação Docente: Experiências Educacionais em Espaços Formais e Não Formais. (Arquivo pessoal de Jaqueline Araújo)

ANEXO 2

**CONTEÚDOS COMPLEMENTARES OPTATIVOS-- MÍNIMO DE 08
CRÉDITOS, EQUIVALENTE A 120 H/A.) - PPC/2008**

| | | |
|---|------|---|
| Cultivo de Culturas Olerícolas no Ambiente Escolar. | 60 h | 4 |
| Cultura, Gênero e Religiosidade | 60 h | 4 |
| Educação Ambiental | 60 h | 4 |
| Educação Pré-Escolar | 60 h | 4 |
| Educação Sexual | 60 h | 4 |
| Ética Profissional | 60 h | 4 |
| Fundamentos Biológicos da Educação | 60 h | 4 |
| Fundamentos Psicossociais das Relações Humanas | 60 h | 4 |
| Gestão de Processos Educativos em Escolas do Campo | 60 h | 4 |
| Literatura Infanto-juvenil | 60 h | 4 |
| Organização do Cotidiano Escolar da Educação Infantil | 60 h | 4 |
| Organização do Trabalho Pedagógico | 60 h | 4 |
| Técnicas Audiovisuais em Educação | 60 h | 4 |
| Teorias e Práticas da Educação Popular | 60 h | 4 |
| Saúde, Meio Ambiente e Educação | 60 h | 4 |
| Jogos, interações e vivências | 60 h | 4 |
| Economia da Educação | 60 h | 4 |
| Informática e Novas Tecnologias Educacionais | 60 h | 4 |

| | | |
|--|--------------|-----------|
| Oficinas de Brinquedo | 60 h | 4 |
| Pesquisa e Prática Pedagógica da Educação Infantil | 60 h | 4 |
| Total | 1.200 | 80 |

ANEXO 3

TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre a **história da educação e a fundação do curso de Pedagogia no Campus III da UFPB** e está sendo desenvolvida por **Aleilma Gonçalves Ramos**, aluna do **Curso de Pedagogia** da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da **Prof. Vivian Galdino de Andrade**.

Os objetivos deste estudo permeiam desde a **discussão legal para o surgimento do Curso de Pedagogia em âmbito nacional ao panorama histórico de implantação do Curso de Pedagogia no Campus III da UFPB, contemplando suas marcas institucionais para a formação do pedagogo**.

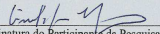
A finalidade deste trabalho está em **contribuir para a reflexão e para o conhecimento por parte da comunidade acadêmica e estudantil de uma versão da história de fundação do Curso de Pedagogia no Campus III da UFPB, contemplando desde seu embasamento legal às marcas institucionais do curso para a formação do pedagogo**.

Solicitamos a sua colaboração para nos ceder uma entrevista (dentro das concepções teóricas da História Oral), como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área e também em revistas científicas. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição.

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

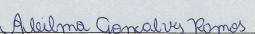
Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

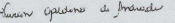

 Assinatura do Participante da Pesquisa
 ou Responsável Legal

 Assinatura da Testemunha

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para a pesquisadora Aleilma Gonçalves (981155745) ou para a pesquisadora orientadora Vivian Galdino (999035444)

Atenciosamente,


 ALEILMA GONÇALVES RAMOS
 Assinatura do Pesquisador - TCC


 VIVIAN GALDINO DE ANDRADE
 Matrícula SIAPE: 1818777
 Assinatura do Pesquisador Orientador

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre a **história da educação e a fundação do curso de Pedagogia no Campus III da UFPB** e está sendo desenvolvida por **Aleilma Gonçalves Ramos**, aluna do **Curso de Pedagogia** da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da **Profa. Vivian Galdino de Andrade**.

Os objetivos deste estudo permeiam desde a **discussão legal para o surgimento do Curso de Pedagogia em âmbito nacional ao panorama histórico de implantação do Curso de Pedagogia no Campus III da UFPB, contemplando suas marcas institucionais para a formação do pedagogo**.

A finalidade deste trabalho está em **contribuir para a reflexão e para o conhecimento por parte da comunidade acadêmica e estudantil de uma versão da história de fundação do Curso de Pedagogia no Campus III da UFPB, contemplando desde seu embasamento legal às marcas institucionais do curso para a formação do pedagogo**.

Solicitamos a sua colaboração para nos ceder uma entrevista (dentro das concepções teóricas da História Oral), como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área e também em revistas científicas. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição.

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Luciano Carlos de Aquino
Assinatura do Participante da Pesquisa
ou Responsável Legal

Assinatura da Testemunha

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para a pesquisadora Aleilma Gonçalves (981155745) ou para a pesquisadora orientadora Vivian Galdino (999035444)

Atenciosamente,

Aleilma Gonçalves Ramos
ALEILMA GONÇALVES RAMOS
Assinatura do Pesquisador - TCC

Vivian Galdino de Andrade
VIVIAN GALDINO DE ANDRADE
Matrícula SIAPE: 1818777
Assinatura do Pesquisador Orientador

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

Esta pesquisa é sobre a **história da educação e a fundação do curso de Pedagogia no Campus III da UFPB** e está sendo desenvolvida por **Aleilma Gonçalves Ramos**, aluna do **Curso de Pedagogia** da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da **Profa. Vivian Galdino de Andrade**.

Os objetivos deste estudo permeiam desde a **discussão legal para o surgimento do Curso de Pedagogia em âmbito nacional ao panorama histórico de implantação do Curso de Pedagogia no Campus III da UFPB, contemplando suas marcas institucionais para a formação do pedagogo**.

A finalidade deste trabalho está em **contribuir para a reflexão e para o conhecimento por parte da comunidade acadêmica e estudantil de uma versão da história de fundação do Curso de Pedagogia no Campus III da UFPB, contemplando desde seu embasamento legal às marcas institucionais do curso para a formação do pedagogo**.

Solicitamos a sua colaboração para nos ceder uma entrevista (dentro das concepções teóricas da História Oral), como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área e também em revistas científicas. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador(a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, nem haverá modificação na assistência que vem recebendo na Instituição.

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido(a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Luciano Carlos de Aquino
Assinatura do Participante da Pesquisa
ou Responsável Legal

Assinatura da Testemunha

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor ligar para a pesquisadora Aleilma Gonçalves (981155745) ou para a pesquisadora orientadora Vivian Galdino (999035444)

Atenciosamente,

Aleilma Gonçalves Ramos
ALEILMA GONÇALVES RAMOS
Assinatura do Pesquisador - TCC

Vivian Galdino de Andrade
VIVIAN GALDINO DE ANDRADE
Matrícula SIAPE: 1818777
Assinatura do Pesquisador Orientador

